



BANCO MASTER A MORTE, SOB CUSTÓDIA DA POLÍCIA E AINDA CARENTE DE DETALHES, DE LUIZ PHILLIPI MOURÃO, O "SICÁRIO", É UMA NÉVOA NO MECANISMO DE INTIMIDAÇÃO, CHANTAGEM E COOPTAÇÃO A SERVIÇO DE DANIEL VORCARO, BANQUEIRO COM MUITOS AMIGOS EM BRASÍLIA

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1403

R\$ 31,90

11 DE MARÇO DE 2026



basset
editora

AS REAIS AMEAÇAS

O ATAQUE AO IRÃ SÓ ATENDE AOS INTERESSES PESSOAIS DE TRUMP E NETANYAHU. INERTE, O PLANETA É ARRASTADO PARA OUTRA CRISE

ines249



8 de março

DIA

INTERNACIONAL

DA MULHER

Por direitos,
igualdade e
empoderamento

A Fenaef luta pelas mulheres e acredita
que um mundo melhor se faz com elas.

Estamos juntos pelos direitos humanos de
mulheres e meninas, pelo empoderamento
delas e contra toda e qualquer violência.

Cobre seus governantes e líderes
comunitários, converse com seus pares,
engaje mídia e apoie as mulheres dentro e
fora do seu convívio.



FENAEF

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenaef.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenaefederacao

As brasileiras têm pouco a celebrar no próximo 8 de Março. Pág. 22



6 A SEMANA

9 LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Seu País

18 CONGRESSO Lulinha volta ao centro das atenções na CPI do INSS

22 VIOLÊNCIA Pacto nacional une os Três Poderes no combate ao feminicídio

27 ALDO FORNAZIERI

28 BAHIA Após demarcação, conflito entre indígenas e fazendeiros se agrava no extremo sul do estado

31 PAULO ARTAXO

Capa: Pilar Velloso, Jim Watson/AFP, iStockphoto e Redes Sociais

32 MEMÓRIA Familiares de vítimas da ditadura lutam por reparação coletiva

34 ENTREVISTA Chefe da Sudene explica como o Nordeste driblou o tarifaço e ampliou as exportações

Economia

36 ESCALA 6X1 Mais uma vez, um projeto de ampliação de direitos dispara as sirenes do fim do mundo

40 ANÁLISE A campanha patronal contra a redução da jornada é fruto da velha luta de classes

43 ADALBERTO VIVIANI

44 ARTIGO Lições do passado para reduzir a dependência externa na área tecnológica

Nosso Mundo

46 ARGENTINA Queridinho dos ultraortodoxos, o país caminha para a estagnação

10 APETITE VORAZ
TRUMP E NETANYAHU INCENDEIAM
O PAIOL NO GOLFO PÉRSICO

Plural

48 CONSTRUTOR DE MUNDOS

"A ARQUITETURA NÃO PODE PASSAR EM BRANCO", DIZ ISAY WEINFELD, CUJA CARREIRA É REVISITADA EM UMA AMPLA EXPOSIÇÃO

52 TEATRO A vida dos próprios artistas entra em cena 55 SAÚDE Por Lígia Bahia
57 CINEMA Lucia Murat revela as dores e esperanças dos jovens periféricos no Rio
58 CHARGE Por Venes Caitano

basset

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - landra Siqueira, (61) 98322 9994/ (19) 99818 8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010
www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br



HÁ JUÍZES EM WASHINGTON

Os EUA são a maior ameaça à paz mundial.

Walfredo Dias

Precisamos saber o que o povo iraniano deseja. É isso que realmente importa.

Ricardo Sampaio

Se a população norte-americana não apoia a guerra no Irã, como mostram as pesquisas, então não deve reeleger Trump e seus seguidores. É o melhor para os EUA e para o mundo. Sabemos que esta guerra é obra dessa turma.

Maria Alves Kal

Esta guerra é para desviar a atenção de Trump no caso Epstein. Ele seria o próximo a ser investigado. Clinton foi, o dono da Microsoft também... É o Trump?

Edna Kazue Uemura

Os EUA querem, a todo custo, evitar que a China assuma um papel hegemônico no mundo.

Leandro de Sousa Vieira

Nem a derrota na Suprema Corte, com a anulação do tarifaço, baixou o topete de Donald Trump. Ele não aprende e precisa criar outro factóide para justificar aos seus eleitores que é o salvador da pátria. Agora vem a represália com o ataque ao Irã. Uma guerra de consequências imprevisíveis, para os

países envolvidos e todo o mundo. Não são apenas os juízes de Washington que precisam despertar. O Congresso dos EUA, a ONU, os países do BRICS e toda comunidade internacional devem reagir antes que seja tarde.

Paulo Sérgio Cordeiro dos Santos

“RAPA” PROIBIDO

Se esse projeto for aprovado, finalmente milhares de pais de família poderão trabalhar em paz. O cidadão fica debaixo de um sol escaldante para vender chinelos, meias, guarda-chuvas, o que for, e a polícia os trata pior que ladrões. É revoltante.

Mari Tenório

A violência está cada vez pior em São Paulo. Enquanto a Polícia Militar corre atrás dos vendedores ambulantes, a cidade segue tomada por bandidos.

Danilo Raul Muniz

Gratidão por mostrar a dura realidade dos ambulantes, que precisam ser reconhecidos e legalizados. Chega de perseguição aos trabalhadores.

Lhays Rodrigues de Souza

O LEITO DOS RIOS

Os indígenas deram uma aula de resistência. Foi uma luta justa e necessária. Devemos permanecer vigilantes.

Poliana Marques

ANTES TARDE...

Tentaram ocultar, desvirtuar, corromper e empurrar esse bárbaro crime político para o esquecimento. Não conseguiram. A decisão do Supremo Tribunal Federal rompe um ciclo de impunidade e manda um recado claro: as vidas de mulheres pretas, periféricas e LGBTQIA+ importam. Tampouco será mais tolerado que as arranquem dos espaços de poder. Agora, Marielle Franco e Anderson Gomes podem finalmente descansar em paz.

Luciana Sérvalo

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Pé no freio

Com a segunda maior taxa de juros real do mundo, a economia brasileira desacelerou e encerrou 2025 com crescimento de 2,3%. O resultado era esperado por analistas, em razão da política monetária contracionista do Banco Central, que freia o consumo e os investimentos produtivos. Diante do cenário, a perda de fôlego da atividade foi até considerada moderada, com a Selic ainda em 15% ao ano. Nos quatro anos anteriores, o PIB havia registrado altas anuais superiores a 3%. A agropecuária teve o melhor desempenho, com expressivo avanço de 11,7%. Segundo o IBGE, o resultado foi impulsionado, principalmente, por safras recordes e ganhos de produtividade em diferentes culturas, sobretudo milho (alta de 23,6%) e soja (14,6%). Os demais setores apresentaram desempenho mais modesto, embora positivo: os serviços cresceram 1,8% e a indústria, 1,4%.

Compliance Zero/ De volta ao cárcere

Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, é preso em nova fase da operação



O banqueiro ordenou ataques a jornalistas e desafetos

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, voltou a ser preso na quarta-feira 4, desta vez por determinação do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que assumiu a relatoria do caso em 19 de fevereiro, no lugar de Dias Toffoli. Nesta terceira fase da Operação Compliance Zero, a Polícia Federal investiga a prática dos crimes de ameaça, corrupção, lavagem de dinheiro e invasão de dispositivos informáticos.

Vorcaro já havia passado pela carceragem da PF em novembro. Foi preso na primeira fase da operação, deflagrada às vésperas da liquidação extrajudicial do Master pelo Banco Central, quando tentava embarcar em um avião particular – avaliado em 200 milhões de reais – com destino a Malta, arquipélago europeu no Mediterrâneo. Após 12 dias, foi autorizado a responder ao processo em liberdade, mediante o uso de tornozeleira eletrônica. Os investigadores da PF encontraram, porém, evidências de que o banqueiro possuía uma espécie de milícia privada, dedicada a espionar e intimidar desafetos.

Vorcaro encomendava, em um grupo de WhatsApp chamado “A Turma”, ataques contra jornalistas, funcionários e concorrentes a Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, que atendia pelo apelido de “Sicário” e é apontado como coordenador do grupo miliciano. Em uma das conversas interceptadas pela PF, o banqueiro teria solicitado ao capanga para “dar um sacode” em um chefe de cozinha ligado a um ex-funcionário. Em outra, ordenou um ataque contra uma empregada que o estaria ameaçando: “Tem que moer essa vagabunda”.

O dono do Master também teria pedido a Mourão que vigiasse os passos do jornalista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*. Em outra troca de mensagens mencionada na decisão judicial, foi além: “Quero mandar dar um pau nele. Quebrar todos os dentes. Num assalto”. Sicário foi preso, mas enforcou-se com sua camiseta em uma cela da Superintendência da PF em Minas Gerais. O custodiado chegou a ser socorrido por agen-



Zettel teria feito repasses para o núcleo de espionagem

tes federais, mas teve a morte cerebral constatada por um hospital de Belo Horizonte.

Mourão era um velho conhecido da Polícia Civil mineira. Com passagens por furto e estelionato, era réu desde 2021 em um processo criminal, acusado de montar um esquema de pirâmide financeira. Além de Sicário, o ex-policial federal Marilson Silva também integrava o núcleo de espionagem. Ele é apontado no relatório de Mendonça como “integrante relevante da estrutura paralela de monitoramento e intimidação” de Vorcaro, e usaria sua experiência na PF para obter dados sensíveis de alvos do grupo.

Em seu despacho, Mendonça observa que a milícia do banqueiro tinha acesso a dados sigilosos de vários órgãos públicos. “Tais acessos teriam ocorrido mediante utilização de credenciais funcionais pertencentes a terceiros, permitindo a obtenção de informações protegidas por sigilo institucional”, escreveu o ministro. “A partir dessa metodologia, de acordo com a autoridade policial, o investigado teria obtido acesso indevido aos sistemas da própria Polícia Federal, do Ministério Público Federal, e até mesmo de organismos internacionais, tais como FBI e Interpol.”

Alvo de mandado de prisão, Fabiano Zettel, pastor da Igreja Lagoinha em Belo Horizonte e cunhado do banqueiro, entregou-se às auto-



“Sicário” enforcou-se na carceragem da Polícia Federal

ridades na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. Maior doador individual das campanhas de Jair Bolsonaro (3 milhões de reais) e Tarcísio de Freitas (2 milhões de reais) nas eleições de 2022, ele é suspeito de envolvimento em diversas operações fraudulentas do Master. Mensagens encontradas pela PF sugerem, ainda, que ele seria o responsável pelos pagamentos ao grupo comandado por Sicário, que chegavam a 1 milhão de reais por mês. O empresário havia sido preso anteriormente, em 14 de janeiro, quando tentava embarcar em voo comercial no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, com destino a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Com digitais espalhadas pelos maiores escândalos do País, da Carbone Oculto à Refit, o senador Ciro Nogueira (PP), ex-ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro, também aparece em mensagens comprometedoras encontradas no celular de Vorcaro. Em uma delas, o banqueiro refere-se ao político como “um dos meus grandes amigos de vida”. O dono do Master tinha mesmo motivos para demonstrar gratidão ao parlamentar. Durante a tramitação da PEC 65/2023, que trata da autonomia do Banco Central, Nogueira propôs uma emenda para elevar a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de 250 mil para 1 milhão de reais por depositante. ➤

Golpista em cela comum

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou o retorno de Filipe Martins, ex-assessor da Presidência no governo Bolsonaro, à unidade prisional de Ponta Grossa (PR), onde cumpre pena de 21 anos de reclusão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. No despacho, assinado em 28 de fevereiro, o magistrado contesta a remoção para o Complexo Médico Penal, realizada no mês anterior pela Polícia Penal do Paraná. “A transferência do réu realizada sem prévia autorização desta Suprema Corte configura indevida mitigação da competência deste Juízo, além de comprometer o regular acompanhamento da execução penal”, registrou Moraes.

A Semana

Carrinho na mão de hipocondríacos

A Câmara dos Deputados aprovou, na segunda-feira 2, o Projeto de Lei 2158/23, que autoriza a venda de remédios em supermercados, desde que em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo para a atividade. Segundo o deputado Zacharias Calil, relator da proposta, a medida facilita o acesso da população a drogarias. “Existem dificuldades enfrentadas pelos consumidores que residem em pequenos municípios, nas regiões mais remotas do Brasil, devido à ausência de farmácias nesses locais”, afirma. Especialistas alertam, porém, que a iniciativa representa um incentivo à automedicação. “O PL representa um grave risco para a saúde pública ao banalizar o uso de medicamentos sem a orientação necessária”, observou o Conselho Nacional de Saúde (CNS), no fim de janeiro, ao recomendar a rejeição do projeto. O texto segue agora para sanção do presidente Lula.



Nogueira tem as digitais expostas em outro escândalo

► A medida poderia, em tese, estimular novos investidores a comprar títulos do Master. Não por acaso, Vorcara celebrou a proposta: “Ciro soltou um Projeto de Lei agora que é uma bomba atômica no mercado financeiro! Ajuda os bancos médios e diminui o poder dos grandes! Está todo mundo louco”, escreveu. Por sorte, o Congresso rejeitou a mudança. A liquidação do Master e de outras instituições financeiras ligadas a ele gerou um rombo de, aproximadamente, 52 bilhões de reais no FGC. Caso a emenda de Nogueira tivesse prosperado, esse prejuízo poderia ser quatro vezes maior.

Apesar de ter sido citado ao menos 14 vezes em mensagens encontradas no celular de Vorcara, com referências a jantares, recepções e reuniões, o parlamentar nega proximidade com o banqueiro. “O senador Ciro Nogueira mantém diálogos por mensagens com centenas de pessoas, o que não o torna próximo apenas por, eventualmente, interagir com elas”, diz um trecho da nota divulgada por sua assessoria de imprensa.

Além de Nogueira, o presidente da Câmara, Hugo Motta, também aparece nas mensagens. Em uma delas, datada de 25 de fevereiro de 2025, há a menção a um jantar com “Hugo e 6 empresários” na “residência oficial”. Motta havia sido eleito para comandar a Casa Legislativa naquele mesmo mês.

Dois servidores do Banco Central, Bellini Santana e Paulo Sérgio Neves de Souza – esse último ex-diretor de fiscalização da instituição – também foram alvo de mandados de busca e apreensão em suas residências. Eles já haviam sido afastados de suas funções pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo, decisão agora reforçada por determinação judicial. Segundo os investigadores, eles atuavam como “consultores informais” de Vorcara.

Mendonça ordenou ainda o sequestro e o bloqueio de bens de até 22 bilhões de reais, com o objetivo de interromper a movimentação de ativos do grupo. A Compliance Zero investiga um megasquema de fraudes financeiras envolvendo o Banco Master. Entre as suspeitas estão a venda de títulos podres, lavagem de dinheiro e corrupção.

A defesa de Vorcara “nega categoricamente” as alegações atribuídas ao cliente e acrescenta que o “esclarecimento completo dos fatos demonstrará a regularidade de sua conduta”. Os defensores de Zettel, por sua vez, queixam-se da falta de acesso aos autos, mas reforçam que o empresário “está à inteira disposição das autoridades”. Na cadeia, quem não está?



Mendonça mandou bloquear 22 bilhões de reais em bens

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Economista, consultor editorial de *CartaCapital* e ex-presidente do Palmeiras. É autor, entre outras obras, de *Valor e Capitalismo* e *Os Antecedentes da Tormenta*



As raízes do trumpismo

► **Os EUA e o mundo flertam com o igualitarismo totalitário do “se você não é igual a mim, não tem direito a existir”**

Diante de mais um espetáculo empreendido pelo projeto trumpista Make America Great Again, não faltam análises que insistem no reducionismo que restringe um fenômeno sócio-histórico às idiossincrasias amalucadas de Donald Trump. No entanto, há quem decrete a prevalência das forças sociais que se movem nos subterrâneos das aparências do individualismo.

Homens e mulheres foram alcançados pelos terremotos recorrentes da vida social submetida às condições políticas e econômicas da sociedade de massa capitalista. A pretendida autonomia do indivíduo, nascida no âmago do projeto iluminista, não resistiu aos percalços desatados pelas turbulências da vida social, econômica e política do capitalismo realmente existente.

Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, abordou as transformações sociais e políticas na era do capitalismo e da sociedade de massa.

Ao observar Donald Trump, seus símiles europeus e os ululantes nativos, é legítimo perguntar se o Brasil e o mundo não estariam prestes a reproduzir os processos sociais magistralmente analisados pela pensadora alemã. Arendt ocupa-se,

sobretudo, da emergência do nazismo e do stalinismo como fenômenos do igualitarismo totalitário que vociferava “se você não é igual a mim, não tem direito a existir”.

Esse igualitarismo de manada pressupõe, paradoxalmente, a superioridade de um modo de ser sobre outros e culmina nas tentativas de apagar, pela força, as diferenças de estilos de vida.

É o nivelamento pelos calcanhares, como dizia meu professor de Filosofia do Direito, Miguel Reale, um conservador que seria expulso das passeatas dos “igualitários” da Avenida Paulista.

A operação impessoal das forças econômicas produziu, em simultâneo, o declínio do homem público e a ascensão do “homem-massa, cuja principal característica não é a brutalidade ou a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais”. (Hannah Arendt)

Trata-se da abolição do sentimento de pertinência, sem a supressão das relações de dominação. Seguimos com Hannah Arendt para desvendar as raízes e as origens do totalitarismo: “As massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cujas estruturas competitivas e a solidão concomitante do indivíduo eram controladas quando se pertencia a uma classe. O fato de que o ‘pecado original’ da acumulação primitiva de capital tenha requerido novos pecados para manter o sistema em funcionamento foi eficaz para persuadir a burguesia alemã a abandonar as coibições da tradição ocidental... Foi esse fato que a levou a tirar a máscara da hipocrisia e a confessar abertamente seu parentesco com a escória”.

A escória, na visão de Arendt, não tem

a ver com a situação econômica e educacional dos indivíduos, “pois até os indivíduos altamente cultos se sentiam particularmente atraídos pelos movimentos da ralé”. Hannah Arendt insiste:

“Talvez nada ilustre melhor a desintegração geral da vida política do que esse ódio vago e generalizado a todos e a tudo, sem foco para sua atenção apaixonada, sem ninguém para responsabilizar pelo estado das coisas – nem o governo, nem a burguesia, nem um poder externo. Consequentemente, ele virou em todas as direções, de forma desordenada e imprevisível, incapaz de assumir um ar de indiferença saudável diante de qualquer coisa sob o sol”.

Herbert Marcuse, autor do ensaio *O Estado e o Indivíduo no Nacional-Socialismo*, considerava a ordem liberal um grande avanço da humanidade. Sua emergência na história submeteu o exercício da soberania e do poder ao constrangimento da lei impessoal.

No regime nazista, o Estado foi apropriado pelo “movimento” racial e totalitário nascido nas entranhas da sociedade civil. Os tribunais passaram a decidir como supremos censores e sentinelas do “saudável sentimento popular”, definido atualmente por Trump para questionar a legitimidade cidadã dos imigrantes.

A primeira vítima do populismo judiciário do nazismo, assim como do fascismo americano, foi o princípio da legalidade, com o esmaecimento das fronteiras entre o que é lícito e o que não é.

Aí estão os decretos de Trump destinados a exigir fidelidade dos juízes às suas ordens desatinadas. •

redacao@cartacapital.com.br

Teerã está sob
ataque desde o
sábado 28



AMBIÇÕES DESMEDIDAS

TRUMP E NETANYAHU INCENDEIAM O
PAIOL NO GOLFO PÉRSICO

por JOÃO PAULO CHARLEAUX

Uma semana depois do início, no sábado 28, da guerra movida pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, os líderes dos dois países agressores ainda não tinham chegado a um consenso sobre qual o motivo do conflito, tampouco sobre seus objetivos. Enquanto o secretário de Estado, Marco Rubio, fornecia uma explicação, Donald Trump dava outra, oposta. Segundo Rubio, Washington foi arrastado pelo parceiro preferencial para a guerra. Na versão do secretário de Estado, os norte-americanos se viram obrigados a entrar no conflito quando souberam da determinação de Tel-Aviv de atacar o Irã, que, por sua vez, retaliaria contra bases dos EUA instaladas nos demais países do Golfo Pérsico. Trump declarou, no entanto, que ele iniciou o conflito e arrastou consigo os israelenses.

Em sete dias, não apenas as causas do conflito mudaram, de maneira nebulosa. Houve uma singular mudança de objetivo, do desmantelamento do programa atômico iraniano para a mudança de regime, antes de passar pela obliteração das capacidades militares iranianas, a liberação do Estreito de Ormuz e a anulação dos mísseis com os quais Teerã poderia um dia alcançar o território euro-

A MORTE DE KHAMENEI NÃO PRODUZIU, ATÉ AGORA, O EFEITO DESEJADO PELOS EUA DE DERRUBAR O REGIME

peu ou norte-americano. A cada dia, uma nova causa e um novo objetivo têm sido proclamados pelos Estados Unidos para embalar a justificativa sobre uma ação intempestiva, feita à margem do direito internacional, sem consulta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e sob a resistência completa, como no caso da Espanha, ou sob uma crítica relutante, como no caso da França. A Europa, refém do escudo protetor dos EUA, busca ainda um posicionamento próprio e coerente em relação a toda essa crise.

A rigor, as retaliações iranianas contra bases norte-americanas instaladas em países do Oriente Médio poderiam justificar a evocação da cláusula de autodefesa mútua dos países da Otan, o que daria caráter ainda mais global ao conflito. Os par-

ceiros da aliança têm, no entanto, mantido uma postura de engajamento defensivo, deslocando embarcações para a região e reforçando defesas antiaéreas para áreas fustigadas, como o Chipre, que é parte da União Europeia e teve o território atacado por drones. Essa movimentação europeia, que inclui até mesmo o envio do porta-aviões nuclear francês Charles de Gaulle para a zona de guerra, não tem, porém, caráter ofensivo. Ou seja, o discurso da Europa ainda era, até o fechamento desta edição, o de salvaguardar seus territórios e áreas aliadas, sem se engajar em bombardeios diretos contra o Irã.

Enquanto os parceiros da Otan buscavam se posicionar em relação ao conflito, em Tel-Aviv o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, insistia na tese de que o Irã estava a ponto de fabricar uma ogiva nuclear, informação negada taxativamente pelo diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Rafael Mariano Grossi, que na quarta-feira 4 publicou mensagem na qual afirma não haver “evidências de que os iranianos estivessem construindo uma bomba atômica”, ainda que a resistência do país em cumprir com as salvaguardas propostas pela agência impeça a conclusão de que esse programa seja totalmente pacífico, nas palavras do inspetor.



O assassinato de Khamenei não levou à queda do regime dos aiatolás. O primeiro-ministro israelense e o presidente dos EUA não afinaram o discurso

CAPA

A recusa iraniana à inspeção remonta a dois fatos pregressos. A ruptura, em 2018, por Trump, do acordo nuclear firmado em 2015 por Barack Obama com anuência dos cinco integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mais a Alemanha, e os bombardeios contra as usinas nucleares no meio do ano passado. Do ponto de vista de Teerã, não havia mais sentido em manter unilateralmente a cooperação, depois dos dois eventos, enquanto, do ponto de vista israelense e norte-americano, essa recusa está ligada, na verdade, ao plano atribuído ao regime dos aiatolás de construir armas atômicas e de acabar com Israel, uma vez que o país professa abertamente sua oposição ao sionismo.

Todo esse emaranhado de motivos, justificativas e discursos seria finalmente desatado no momento em que o líder supremo do Irã, Ali Khamenei, fosse morto. Era essa ao menos a ilusão de Trump, que estimulava há meses as manifestações de rua contra o regime, e que esperava que, uma vez eliminado o aiatolá, a população simplesmente se ocuparia de fazer o resto: pôr fim ao regime que vigora desde 1979 e estabelecer um novo governo, mais alinhado aos interesses da Casa Branca. Khamenei foi morto em um bombardeio logo nos primeiros lances da campanha militar, mas, em vez de as ruas de Teerã serem tomadas por uma população ávida por mudar o regime, aconteceu o contrário. Milhares participaram de demonstrações de luto pelo líder e de revolta com a guerra. A comemoração foi mais da diáspora iraniana, cidadãos que deixaram o país ao longo dos anos por não suportar mais um regime que controla as liberdades individuais a ponto de dizer como as mulheres devem se vestir. Para esses, Khamenei vai tarde, ainda que sua morte não tenha levado a uma mudança imediata de regime.

Se, em janeiro, na Venezuela os EUA triunfaram logo após tirar do poder Nicolás Maduro, no Irã o enredo foi o in-



O bloqueio do Estreito de Ormuz cria dificuldades ao comércio mundial. Embaixadas dos EUA estão sob ataque e a Guarda Revolucionária manteve o poder no Irã

verso. A morte de Khamenei não encerrou, mas iniciou o conflito, que passou a se alastrar pelos países vizinhos, à medida que as forças iranianas lançaram seu arsenal de mísseis, foguetes e drones contra as bases que os Estados Unidos instalaram ao longo dos anos ao redor. Assim como em julho do ano passado, Israel foi castigado com uma chuva de mísseis, muitos dos quais superaram o sistema de defesa antiaérea e chegaram a atingir Jerusalém e Tel-Aviv, enquanto em Teerã, mísseis israelenses destruíram, na terça-feira 3, o local da reunião da Assembleia de Especialistas, onde os clérigos xiitas decidiriam quem substituiria Khamenei. Na sequência, Trump declarou que todas as figuras proeminentes do regime que os Estados Unidos tinham considerado para fazer uma transição haviam sido mortos.

A estratégia de aniquilação total das cadeias de comando não impediu que os ira-



nianos mantivessem uma resposta coordenada e efetiva, a ponto de impor perdas valiosas tanto aos Estados Unidos quanto a Israel. Essa capacidade parece estar ligada ao alto grau de autonomia conferido às diversas células militares que compõem a política de defesa do Irã, o que faz com que sua máquina militar possa funcionar de maneira relativamente ágil e independente, mesmo quando a estrutura formal de comando sofre perdas.

A demonstração mais audaz dessa capacidade tem sido o fechamento do Estreito de Ormuz, por onde passa 20% de toda a produção mundial de petróleo. Com isso, os iranianos ampliaram o alcance de suas ações para além dos territórios efetivamente atingidos por sua artilharia, e passaram a impingir danos a atores tão importantes e distantes quan-

**O ATAQUE ELEVOU
O PREÇO DO
PETRÓLEO E AS
INCERTEZAS NA
ECONOMIA GLOBAL**



to a China, maior importador mundial da *commodity*, cujos fornecedores principais estão justamente na zona bloqueada. Pequim não deu sinais de que pretenda se interpor militarmente entre os aliados iranianos e seus inimigos, mas emitiu declarações taxativas, classificando a guerra em si, e, especialmente, o assassinato de Khamenei como “inaceitáveis”.

Uma das consequências imediatas do bloqueio do Estreito de Ormuz foi o aumento no preço do combustível. Na terça-feira 3, o preço do barril do petróleo Brent chegou a 80 dólares, maior cotação desde janeiro de 2025. O pico de alta dessa variedade de óleo, que serve de referência mundial para os preços nas Bolsas de Londres, chegou a 9%. Na primeira semana do conflito, a alta acumulada foi de 13%.

O cenário econômico trouxe uma oportu-

nidade e um risco para o Brasil. Por um lado, a escassez de petróleo pode favorecer as exportações da Petrobras, pois o país representa uma alternativa de suprimento estável e seguro de um produto cuja demanda permanece alta no mercado. Essa oportunidade foi logo detectada por investidores, que fizeram as ações da companhia subirem 5% logo na segunda-feira 2, primeiro dia útil após o início da guerra. Por outro lado, o aumento mundial no preço do petróleo deve puxar para cima o valor do frete, causando um efeito inflacionário dominó em todos os setores da economia. Diante desse cenário, o governo pode ser levado a intervir para amortizar o aumento do preço dos combustíveis na bomba, especialmente em ano eleitoral. Ambos os panoramas, de aumento de exportações da Petrobras e

de salto na inflação, estão atrelados às hipóteses de duração do conflito.

Em Brasília, o assessor especial do presidente Lula para assuntos internacionais, Celso Amorim, lançou uma advertência sombria, dizendo que “devemos nos preparar para o pior”. Questionado sobre o que seria isso, fez referência ao “grande potencial de alastramento para grupos xiitas que estão em outros países, além de grupos radicais”. A declaração do diplomata parece dizer respeito em alguma medida à hipótese de que atentados terroristas comecem a emergir, como retaliação pelas ações contra o Irã. Outra possibilidade é que esse alastramento diga respeito ao maior engajamento de grupos como o Hezbollah, que, ao longo da semana, voltou a disparar foguetes contra o norte de Israel, atingindo o porto de Haifa.

A entrada do Hezbollah na guerra reacendeu um *front* que os israelenses consideravam ter suplantado depois das operações realizadas no fim de 2025, cujo efeito proclamado tinha sido justamente a obliteração das capacidades do grupo xiita. Desta vez, as ações do Hezbollah obrigaram Israel a evacuar de novo as cidades que fazem fronteira com o Líbano, ensejando respostas muito mais violentas que aquelas do ano passado. Netanyahu invadiu o território libanês com tropas israelenses e lançou mísseis até mesmo contra a capital, Beirute, fazendo com que a população civil fugisse em massa.

As estimativas sobre o número de vítimas são incertas e pouco confiáveis, uma vez que a guerra se espalha por *fronts* distantes e diversos. Só no Irã, o Crescente Vermelho falava em quase 800 mortos nas 153 cidades atingidas pelos bombardeios, em menos de uma semana, enquanto os Estados Unidos contavam menos de dez militares mortos, número semelhante ao de Israel e inferior aos do Líbano, onde 50 cidadãos tinham perdido a vida no mesmo período. •

SENHOR DA GUERRA

O PRESIDENTE DOS EUA ABANDONA O FIGURINO DE "PROMOTOR DA PAZ"

por JAMIL CHADE

Ilegal em todos os níveis possíveis, a guerra iniciada pelos EUA contra o Irã tem o potencial de ser o fato que vai definir a presidência de Donald Trump e a própria posição norte-americana no mundo. Ao violar a Constituição norte-americana por não ter pedido autorização do Congresso e em completo desrespeito à Carta das Nações Unidas, o republicano abriu o que pode ser o ato pelo qual seu mandato será lembrado.

Em termos domésticos, Trump gerou uma crise profunda em sua base mais radical, com a explosão de vozes ultraconservadoras alertando que a ofensiva vai na contramão de sua promessa de campanha de acabar com o envolvimento dos EUA em "guerras sem fim". O republicano, agora, terá de provar que não será um envolvimento militar como tantas outras guerras que ele mesmo criticou. Determinante, porém, será a duração do conflito.

A ausência ainda de uma resposta clara sobre os objetivos dos ataques também deixa os republicanos preocupados com o impacto nas eleições legislativas de novembro. Todas as primeiras pesqui-

sas revelam que a maioria dos eleitores não quer a guerra. Entre os democratas, a taxa chega a 76%.

O governo Trump ainda não descobriu como convencer a opinião pública sobre o ataque ao Irã e o tempo está se esgotando. Por enquanto, o discurso é o da negação. O Irã não é o Iraque. O Irã não é uma guerra sem fim. O Irã não é uma guerra de escolha. Sua aposta mais arriscada é também um marco definidor de sua política externa. Nos primeiros meses do governo, Trump insistiu em um *slogan*, "a paz pela força". Por meses, percorreu diferentes continentes fazendo ameaças

para obter o que queria. Muitos cederam, outros negociaram. Mas, no Irã, o colapso do diálogo não resultou numa rendição imediata do regime dos aiatolás.

O conflito redesenha potencialmente a relação entre Pequim e Washington. Hoje, pelo Estreito de Ormuz passa 40% do petróleo que abastece o crescimento da economia chinesa. O fechamento dessa passagem estratégica e, eventualmente, um controle por parte dos EUA representam um abalo profundo no PIB chinês. Não por acaso, Pequim se apressou a emitir um alerta de que vai "proteger" seus interesses na região e fez um apelo para a preservação das rotas marítimas.

Para além da China, a decisão de Trump tem o condão de definir o destino da economia mundial. No centro da crise está justamente uma das rotas mais fundamentais do comércio globalizado. Em 2025, cerca de 20 milhões de barris de petróleo passaram pelo Estreito de Ormuz por dia, segundo estimativas da Administração de Informação Energética dos EUA. Pelo canal de apenas 55 quilômetros transitam quase duas vezes tudo o que o Brasil exporta por ano. Não se trata apenas da produção do Irã. Ali está o caminho para escoar os produtos vendidos por Iraque, Kuwait, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Fechar o Estreito significa bloquear 3 mil navios que trafegam pela área mensalmente. A produção agrícola global, inclusive a brasileira, também depende do trajeto por Ormuz. O fertilizante nitrogenado, produzido a partir do gás natural, transformou-se num dos produtos mais estratégicos para metade da produção mundial de alimentos. O Oriente Médio representa hoje entre 40% e 50% do abastecimento desse fertilizante e quase todas as exportações precisam transitar pelo Estreito. Se o petróleo é a artéria da economia global, Ormuz pode ser crítico para o combate à fome no mundo.

A decisão de Trump ainda coloca a Europa numa encruzilhada. Rapidamente,

**A BASE
REPUBLICANA
ESTÁ INSATISFEITA
E A MAIORIA DOS
ELEITORES DO PAÍS
É CONTRA OS
ATAQUES AO IRÃ**

Trump
blefa

Alemanha e França anunciaram apoio irrestrito aos ataques contra Teerã. A opção da Espanha de se negar, no entanto, a emprestar suas bases para aviões norte-americanos instalou um mal-estar. O presidente dos EUA ameaça suspender o comércio com os espanhóis, donos da quarta maior economia da Europa. O ato é ilegal, segundo as regras internacionais do comércio, e poderiam ser questionadas na Organização Mundial do Comércio. Mas não há nada, nem nas leis ou nas instituições, capaz de deter o “imperador”. O Irã, portanto, testará a Europa e sua posição no mundo, assim como o que ainda resta do direito internacional.

O que ninguém sabe dizer é o desfecho do conflito. Os primeiros sinais apontam que os planos não saíram exatamente como se esperava e Trump passou a preparar a opinião pública dos EUA para um conflito que pode se prolongar, inclusive com a morte de soldados norte-america-

nos. Ao fazer emergir pesadelos do passado, as imagens de consulados e embaixadas em chamas pela região revelam que a ideia de infalibilidade é apenas mais um dos mitos cultivados pela Casa Branca. Os milhares de norte-americanos presos em Dubai ou em Doha também servem de alerta para os riscos da decisão, assim como a dificuldade em se estabelecer um controle sobre o Estreito de Ormuz.

Em 2002, durante a Guerra do Golfo, quase 30 milhões de panfletos foram despejados por aviões dos EUA sobre a população iraquiana. Neles, Washington pedia que o povo rompesse com Saddam Hussein, numa campanha psicológica destinada a desestabilizar e derrotar as forças opositoras. Eram “armas de persuasão em massa”. Ao longo dos meses seguintes, iraquianos ainda viram cair dos céus “passes de

rendição”, alguns dos quais foram desenhados como notas de 25 dinares coloridas para atrair a atenção dos soldados. No Afeganistão, panfletos do tamanho de notas de dólar anunciavam uma recompensa de 5 milhões por informações sobre a localização de líderes talibãs e aliados da Al-Qaeda. Vinte anos depois, a mensagem aos iranianos não chegou por papéis atirados de aviões, mas pelas redes sociais, com o apelo à população para tomar as ruas e depor o próprio governo. Sem sucesso até o momento.

Na Casa Branca, os fracassos no Iraque, Afeganistão e Vietnã assombram mediadores, militares e assessores, profundamente frustrados diante da incapacidade de convencer Trump a respeito dos riscos do novo conflito. Todos sabem que uma declaração de guerra é a declaração de que a “realidade” agora está oficialmente “em jogo”. Assim como o mandato do republicano. •

ERRO DE CÁLCULO?

O IRÃ NÃO É A LÍBIA OU O IRAQUE,
MUITO MENOS A PALESTINA

por PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

A eclosão da guerra criminosa contra o Irã, movida pela superpotência delinquente, os Estados Unidos, e pelo Estado genocida de Israel, trará perdas e prejuízos incalculáveis, não só para os países diretamente envolvidos, mas para a maior parte do resto do mundo.

Começo com as crianças, lembrando o bombardeio estardalhaçado de uma escola de meninas no Irã, que matou mais de 160 delas. Do sofrimento das crianças, escreveu Dostoiévski, pode-se derivar o absurdo de toda a realidade histórica. Apesar de tudo, ele acreditava em Deus. Nos *Estilhaços*, eu fui mais longe, dizendo que “o sofrimento das crianças não só desmente a existência de Deus, como prova a do Diabo”.

Nos dias de hoje, o Diabo toma a forma de Donald Trump e Benjamin Netanyahu. O tempo dirá, mas parece que a dupla diabólica cometeu um gigantesco erro de cálculo. O Irã não é a Palestina indefesa, submetida a destruição e massacre pela covardia israelense. Não

é a Síria, despedaçada por uma agressão dos EUA, de Israel e da Turquia. Nem é uma Líbia. Nem um Iraque. Não é uma Venezuela, subjugada com facilidade por uma intervenção relâmpago.

O Irã é uma potência militar que tem conseguido impor pesadas perdas aos agressores, inclusive aos aliados e satélites árabes dos Estados Unidos e Israel no Golfo Pérsico. Esses países árabes (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Catar e Bahrein) abrigam grandes bases militares norte-americanas em seu território e dependem enormemente da passagem pelo Estreito de Ormuz para escoar suas exportações de petróleo e gás (com exceção da Arábia Saudita, que conta com canais alternativos). O Irã fechou esse Estreito cirurgicamente, excetuando apenas os navios dos

**OS IRANIANOS
SE PREPARAM HÁ
DÉCADAS PARA
ESTE CONFRONTO**



seus aliados estratégicos, Rússia e, sobretudo, China. Os outros navios que tentam passar estão sendo bombardeados.

O Irã, leitor ou leitora, é uma civilização milenar. Trata-se de um país orgulhoso de suas tradições. Nunca foi uma colônia, embora tenha sido submetido a uma relação semicolonial em certos períodos por potências estrangeiras, principalmente Inglaterra e Estados Unidos. O Irã não estava agredindo ninguém nem se preparava para fazê-lo. São mais de 90 milhões de habitantes, vivendo num território maior do que a soma da França, Espanha, Alemanha e Itália. Não é a minúscula Palestina, vítima do genocídio e da limpeza étnica praticados por Israel. Não será varrido do mapa.

O Irã tem se preparado há décadas para este enfrentamento. Apesar das sanções aplicadas pelos Estados Unidos durante mais de 40 anos, com a colaboração de outras nações do Ocidente coletivo, o Irã acumulou grande capacidade de retaliação, como vemos agora. A consciência iraniana de que essa preparação era necessária remonta a 1980, quando o país foi atacado pelo Iraque de Saddam



Hussein (sim, ele mesmo!), armado e incentivado pelos Estados Unidos e por Israel. O Irã foi pego de surpresa e se deu conta das suas vulnerabilidades militares. E tirou a lição correta, transformando-se numa potência militar.

A resistência iraniana e a coesão interna só aumentaram com a decisão verdadeiramente estúpida, tomada por Estados Unidos e Israel, de assassinar o aiatolá Ali Khamenei, transformado em mártir e símbolo da resistência iraniana à ameaça existencial que o país enfrenta. Portou-se como um herói. Nunca será esquecido.

Os Estados Unidos e Israel são sociedades profundamente doentes. Trump e Netanyahu expressam essa doença. E esses dois países se converteram em ameaça para os demais.

O que pretende a dupla diabólica? Os Estados Unidos buscam escapar do declínio e naufrágio civilizacional do Ocidente. E estão dispostos a tudo. Querem retomar à força a hegemonia mundial, crescentemente contestada. O alvo último é a China, “o país mais poderoso relativamente a nós desde o século XIX”, como destacou o

Após os ataques, a população não saiu às ruas para por um ponto final no regime. Ao contrário, a coesão interna parece ter aumentado

documento de estratégia de defesa nacional dos EUA, divulgado agora em janeiro.

Israel, por seu turno, quer levar adiante o projeto de domínio do Oriente Médio. Apenas dois países de peso se opõem a esse projeto, Irã e Turquia. Se o Irã sucumbir, a Turquia será provavelmente a próxima vítima.

E o Brasil? Somos um país vulnerável. Há muito tempo. Essa vulnerabilidade remonta ao menos à década de 1980, quando passamos por uma transição pacifista e antimilitar. Basta lembrar, leitor e leitora, que os constituintes introduziram na Constituição de 1988 um dispositivo que renuncia à energia nuclear como instrumento de defesa, como se tivéssemos sido derrotados em uma guerra. Depois veio o entreguista-mor, Fernando Henrique Cardoso, um mero procônsul do Império, e aderiu vergonhosamente ao Tratado de Não Proliferação Nuclear. Em oito anos na Presidência (1995 a 2022), o que fez FHC pa-

ra fortalecer a defesa nacional? Para fortalecer as escolas militares? Nada. Isso não fazia parte do projeto político implementado pela corja tucana.

Depois vieram Lula 1 (2003 a 2006), Lula 2 (2007 a 2010), Dilma 1 (2011 a 2014), Dilma 2 (2015 e parte de 2016) e Lula 3 (2023 até hoje). O que fizeram os governos comandados pelo PT para fortalecer a defesa nacional em mais de 16 anos? O que fizeram os ministros da Defesa desses governos? Parece que tomaram ou tentaram tomar iniciativas importantes, mas não nos retiraram da condição de vulnerabilidade militar.

Com Michel Temer e, depois, Jair Bolsonaro, meros fantoches do Império, a nossa situação piorou. Bolsonaro, em especial, um imitador servil e ignorante de Trump, só fez agravar a fragilidade militar nacional, intensificando a cooperação em matéria de defesa com os Estados Unidos e chegando a ponto de inscrever o Brasil como aliado extra da Otan, designação adotada por Washington para aliados militares não integrantes da organização.

Por essas e várias outras razões, devemos considerar a eleição de 2026 como a mais importante da nossa História. Lula, com todas as suas limitações, ainda mantém certa resistência ao projeto colonial e assassino comandado por Trump e Netanyahu. O governo condenou o genocídio em Gaza, recusou-se a aderir às sanções contra a Rússia, manteve relações estratégicas com a China e condenou também o ataque ao Irã.

Se cair nos braços de Flávio Bolsonaro, o Brasil ficará reduzido à posição subordinada da Argentina de Javier Milei. No atual ambiente internacional, isso significará a destruição da soberania brasileira. •

**Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelo BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países.*



Bode na sala

CPI DO INSS Fábio Luís da Silva, o “Lulinha”, volta a servir de instrumento da oposição para atingir o presidente da República

POR ANDRÉ BARROCAL

Em abril de 2020, Jair Bolsonaro era presidente e comandou uma reunião ministerial na qual soltou palavras feito torcedor na arquibancada. Em certo momento, comentou que não iria “esperar foder” a família dele para mudar peças do governo. Na semana anterior, o filho mais velho, Flávio, tinha sido derrotado no Superior Tribunal de Justiça na tentativa de anular as quebras de sigilo bancário e fiscal decretadas por um juiz de primeira instância do Rio de Janeiro. O senador era investigado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal por ter embolsado no passado verba pública que deveria pagar funcionários de seu gabinete de deputado estadual fluminense. No fim das contas, o “zero um” venceria a batalha pelos sigilos e jamais se sentaria no banco dos réus por causa das “rachadinhas”, mas Bolsonaro cumpriria a palavra, ou melhor, o palavrão dado aos ministros. Demitiu o chefe da PF dois dias depois da reunião.

O primogênito de Lula também se tornou um problema para o pai. Nesse caso, em razão do escândalo do INSS. A atitude presidencial é outra, no entanto. A PF tem carta branca para investigar Fábio Luís da Silva, de 51 anos, e os encarregados do inquérito sobre o esquema de fraude nas aposentadorias suspeitam que “Lulinha” teria auxiliado Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, a esconder

dinheiro das bandalheiras. Quando o nome do filho surgiu na mídia associado ao escândalo, o presidente o chamou a Brasília e lhe disse: “Só você sabe a verdade. Se você tiver alguma coisa, você vai pagar o preço de ter alguma coisa. Se você não tiver, se defenda”. Um interlocutor com conhecimento daquela conversa conta que Fábio garantiu não ter recebido dinheiro de Antunes. Os sigilos bancário e fiscal de Lulinha, quebrados pelo Supremo Tribunal Federal a pedido da PF, confirmarão a palavra dada ao pai? “O pedido foi inconveniente, inoportuno e injustificado”, afirma o advogado Marco Aurélio de Carvalho, amigo e conselheiro jurídico de Lulinha. “O Fábio já tinha se colocado à disposição para prestar esclarecimentos. E a própria PF tinha dito que ele não era investigado, que não havia nada contra ele. Estranho ter mudado de posição.”

Na noite da quarta-feira 4, cifras de contas de Lulinha começaram a vir a público, não se sabe se por obra de policiais ou da

CPI do INSS. A comissão parlamentar de inquérito também resolveu espiar as finanças do filho do presidente, resultado de uma votação polêmica no fim de fevereiro mantida pelo chefe do Congresso, o senador Davi Alcolumbre, apesar da chadeira petista contra a malandragem na contagem dos votos operada pela cúpula da CPI, formada por dois pré-candidatos ao Senado apoiados por Flávio Bolsonaro, o mineiro Carlos Viana, que preside a comissão e deseja renovar o mandato, e o deputado alagoano Alfredo Gaspar, relator que sonha em mudar de casa legislativa. A CPI tem prazo para funcionar até o fim de março, caso não seja prorrogada. Tempo suficiente para a oposição explorar politicamente os extratos de Fábio.

Por uma das contas, passaram 19 milhões de reais entre 2022 e 2025, dos quais metade em créditos e metade em débitos. Nada de menções ao “Careca do INSS” como depositante. O vazamento dos dados mostra que pode ser inócua a luta de Fábio para invalidar no Supremo as quebras de sigilo pela CPI. Seu advogado pediu ao ministro Flávio Dino que estendesse a Lulinha a suspensão do acesso da comissão aos extratos bancários e fiscais da empresa Roberta Luchsinger. Esta também teve os sigilos desfeitos na CPI no pacote de fevereiro. O argumento usado por Dino ao atender a requisição é aplicável a Lulinha. Uma CPI possui poderes judi-

Mal o sigilo bancário foi quebrado, cifras foram divulgadas na mídia: 19 milhões de reais



Investigação. Lulinha garantiu ao pai que não recebeu dinheiro do “Careca do INSS”. A quebra do sigilo bancário autorizada por Mendonça esclarecerá os fatos



ciais e, portanto, tem de agir como um magistrado. E este justifica individualmente quebras de sigilo, não o faz no atacado.

A empresária é amiga de Fábio e da esposa dele, Renata. E é uma endinheirada de coração petista. Em 2017, anunciou uma doação polpuda a Lula assim que ele havia tido as finanças bloqueadas pelo então juiz Sergio Moro. No ano seguinte, concorreu a deputada estadual em São Paulo pelo PT. À época, declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de 1,5 milhão de reais. Por acaso, é um valor semelhante àquele supostamente recebido do “Careca do INSS”, conforme informado pela PF ao Supremo no inquérito das falcaturas com aposentadorias. O Coaf, órgão federal de combate à lavagem de dinheiro, identificou 1,1 milhão pago por uma empresa de Antunes a uma de Luchsinger. E que a empresária e o pai receberam, juntos, 2,6 milhões, descobertas igualmente levadas ao conhecimento do STF. Os advogados da empresária ainda não esclareceram o motivo dos repasses, têm dito apenas que não há relação com fraudes previdenciárias, que eles são anteriores à descoberta do esquema e referem-se à prospecção conjunta de negócios.

Os elos financeiros da empresária e Antunes constam de uma decisão de dezembro do Supremo que mandou prender preventivamente o filho do “Careca do INSS” e colocar tornozeleira eletrônica em Luchsinger e confiscar seu passaporte. O despacho do juiz André Mendonça reproduz trechos do pedido da PF para tais medidas e ali se vê que Antunes e um funcionário, Milton Salvador de Almeida Jr., trocaram mensagens de celular na quais tratam de um pagamento de 300 mil para “o filho do rapaz”. Em seguida, Salvador manda a Antunes um comprovante de 300 mil transferidos à empresária. Na visão dos policiais, “filho do rapaz” é codinome para “Lulinha”. Uma troca de mensagens entre Luchsinger e Antunes alimenta a sus-



Ponte. Roberta Luchsinger é amiga de Fábio Luís e fez negócios com Antunes, que, tudo indica, queria usá-la para se aproximar do poder em Brasília

peita. “Acharam um envelope com o nome do nosso amigo no dia da busca e apreensão”, escreveu ela. Quando a PF foi às ruas pela primeira vez contra as fraudes no INSS, na Operação Sem Desconto, em abril de 2025, encontrou um envelope com ingressos para Fábio ir a um show.

Um aliado de Lulinha questiona as hipóteses dos policiais. Luchsinger ci-

“Não é a primeira vez que (Lulinha) é vítima de vilanias”, diz o advogado Marco Aurélio de Carvalho

tou o filho do presidente pelo nome no envelope e em uma mensagem de celular a Antunes de 5 de maio de 2025. Essa mensagem diz: “Na época do Fábio falaram de Friboi, de um monte de coisa o (sic) maior... igual agora com você”. Recorde-se: Lulinha foi vítima de *fake news* sobre ser dono da JBS-Friboi. No caso do INSS, o aliado pergunta: por que as palavras de Roberta serviram para concluir que Lulinha seria “o filho do rapaz” citado na conversa de Antunes com um funcionário? Mais: no esquema do INSS, há “filhos” de outros personagens, por que “o filho do rapaz” seria o de Lula? Por que o presidente da República, um senhor de 80 anos, seria chamado de “rapaz”?

Outro episódio alimenta as desconfianças policiais sobre Lulinha ser “o filho do rapaz”. Um ex-funcionário do “Careca do INSS” prestou alguns depoimentos à PF. Em um deles, Edson Claro disse que Antunes e Fábio eram sócios, que o primeiro teria pago 25 milhões (não falou a moeda) ao segundo e ainda repassaria uma mesada de 300 mil. Verdade? Chantagem? Em setembro passado, Claro fez um boletim de ocorrência contra Antunes na Polícia Civil paulista. Afirmou sofrer ameaça de morte do ex-chefe. O relato levou a PF a obter a prisão preventiva de Antunes dias depois. Ao depor à CPI do INSS, já preso, o “Careca do INSS” declarou ter sido alvo de extorsão por parte de Claro e que este teria, inclusive, lhe furtado alguns veículos, devolvidos por ordem judicial.

Naquele interrogatório na CPI, Antunes definiu-se como um “empreendedor nato”. Alguns elementos das investigações sugerem que ele quis fazer negócios no governo Lula e buscou quem abrisse portas. Luchsinger encaixa-se aí. Idem Danielle Fonteles, dona de uma empresa de comunicação e marketing que no passado trabalhou para campanhas presidenciais petistas, a Pepper. Em 20 de outubro de 2022, reta final da última eleição, Antunes e o filho Romeu, aquele preso em



Facciosismo. Viana e Gaspar, presidente e relator da CPI do INSS, manobram para proteger os amigos e jogar o filho de Lula aos leões



caráter preventivo em dezembro, abriram a empresa Brasília Consultoria, de objetivos autoexplicativos. Em abril de 2023, montaram a World Cannabis, destinada a atuar no comércio de maconha medicinal. Uma resolução de 2019 da Anvisa, a agência de vigilância sanitária, autoriza importar, produzir, usar e vender canabi-

diol em certas circunstâncias. Em julho de 2023, a Pepper foi fechada e em algum momento posterior Fonteles teria ido morar em Portugal, onde o medicamento é produzido praticamente sem restrições.

Em meados de 2024, o “Careca do INSS” procurou Luchsinger “para atuação na regulação do setor de empresas de

canabidiol”, conforme uma nota dos advogados da empresária. Os dois foram ao Ministério da Saúde ao menos uma vez naquele ano. Uma viagem de Luchsinger e Lulinha a Portugal foi planejada para junho de 2024, a fim de que visitassem uma fabricante de canabidiol. A PF achou o localizador das passagens. Um aliado de Fábio confirma que ele viajou, mas ainda não sabe dizer quem pagou. A polícia descobriu ainda que, em fevereiro de 2025, Fonteles tinha um contrato de promessa de compra e venda de uma propriedade em Portugal. O comprador era Romeu Antunes, filho do “Careca do INSS” e sócio da World Cannabis. Valor do negócio: 2,7 milhões de euros, algo como 15 milhões de reais.

Um interlocutor de Lulinha acredita que o “Careca do INSS” tentou comprar a amizade de Luchsinger, ou seja, aproximar-se do filho do presidente por meio dela. Caso tenha sido isso mesmo, o problema para Fábio passa a ser de tráfico de influência, nada a ver com fraudes no INSS. A suspeita da polícia é que Lulinha teria aceitado dar uma força a Antunes na lavagem de dinheiro desviado de aposentadorias. O advogado Carvalho aposta que tudo será esclarecido no inquérito conduzido por Mendonça, apesar de o magistrado ter chegado à Corte pelas mãos de Bolsonaro. “Temos impressão positiva dele, não achamos que ele vai amenizar para ninguém nem que vai usar subterfúgios para prejudicar o Fábio”, afirma. “Fábio não tem relação com os fatos investigados na CPI. E não é a primeira vez que é vítima de vilanias, inverdades. Nunca nada foi provado nem teve pedido de desculpas. Depois que tudo for esclarecido agora, ele vai buscar a reparação da honra.” •

Chaga aberta

8 DE MARÇO Pacto nacional une os Três Poderes no combate ao feminicídio, que mata quatro mulheres por dia no Brasil

POR MARIANA SERAFINI

O último percurso feito por Tainara Souza Santos, arastada sob as rodas do carro de Douglas Alves da Silva, em novembro do ano passado, foi ressignificado no domingo 1º, quando milhares de manifestantes participaram de uma caminhada para dizer basta à onda de violência contra as mulheres que assola o Brasil. Além de reunir familiares de Tainara e de sua amiga Priscila Verson, assassinada pelo companheiro no fim de fevereiro, o ato contou com a presença das ministras das Mulheres, Márcia Lopes, do Meio Ambiente, Marina Silva, e dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara. O protesto marca o início das mobilizações do 8 de Março no País onde, em média, quatro mulheres são assassinadas diariamente.

As brasileiras têm pouco a celebrar no Dia Internacional da Mulher. Em 2025, o País registrou um novo recorde de feminicídios. Ao todo, foram 1.568 casos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Desde que esse crime foi tipificado no Código Penal, em 2015, as ocorrências não param de crescer. No ano passado, os governos estaduais também reportaram 83 mil casos de estupro ao Ministério da Justiça. “A mulher não pode mais falar ‘não’ a um homem?”, questionou, indignada e entre lágrimas, Lúcia Aparecida da Silva, mãe de Tainara, durante o como-

vente protesto realizado no Parque Novo Mundo, na Zona Norte da capital paulista, que incluiu a inauguração de um painel de grafite em homenagem a várias jovens assassinadas, retratadas na parede como um time de futebol feminino.

Essa tragédia, no entanto, raramente começa com um olho roxo, uma violência sexual ou o próprio feminicídio. Ela se alimenta do machismo cotidiano, dos comentários que deslegitimam a palavra da mulher, do controle financeiro e do isolamento de amigos e familiares, alertam especialistas. Embora o Brasil figure entre os primeiros colocados nos rankings de violência contra as mulheres, aparece entre os últimos quando o assunto é representatividade política feminina: ocupa a vergonhosa 133ª posição no mundo, segundo a ONU Mulheres. E, apesar de estarem cada vez mais qualificadas – hoje são 59% dos estudantes do ensino superior –, elas ainda recebem salários 21,2% menores que os dos homens ao

Em 2025, o País amargou um novo recorde de assassinatos por razões de gênero

exercerem a mesma função, revela um levantamento do Ministério do Trabalho.

“Diante desses indicadores absurdos, o presidente Lula assumiu a liderança e cobrou o engajamento dos homens na luta contra a violência de gênero”, afirma a ministra Márcia Lopes, ao comentar o Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio. O programa envolve Legislativo, Executivo e Judiciário, estabelece atribuições para estados e municípios e prevê um mutirão para o cumprimento de mil mandatos de prisão contra agressores. “São inúmeros desafios e eu tenho certeza de que esse pacto vai mexer nas estruturas, porque só medidas estruturais podem romper um ciclo de violência tão estarrecedor.”

Não é por falta de normas rigorosas. Com quase 20 anos, a Lei Maria da Penha é considerada uma das legislações de proteção à mulher mais avançadas do mundo. Atualmente, a maior pena prevista no Código Penal é a do crime de feminicídio, que pode chegar a 40 anos de reclusão. Ainda assim, o Brasil falha no básico: faltam estrutura para denunciar, serviços de acolhimento e uma rede de apoio eficaz para que a vítima consiga reestruturar a vida após se livrar do agressor, explica Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo levantamento da entidade, metade dos feminicídios ocorre em municípios com menos de 100 mil habitantes, sem estrutura de acolhimento. Apenas 5% dessas pequenas cidades possuem Delegacia da Mulher, e 3% contam com Casa Abrigo. “Nesses casos, a vítima precisa muitas vezes viajar 50 quilômetros ou mais para encontrar uma delegacia especializada. Pode não ter dinheiro nem quem a acompanhe. E, após registrar a denúncia, o que acontece depois?”, questiona a especialista.

Nos grandes centros urbanos, as mulheres também não estão protegidas.



Tragédia. Marina Silva, Sonia Guajajara e Márcia Lopes participaram do ato em homenagem a Tainara Santos e tantas outras jovens mortas por ex-companheiros



Cibelle Monteiro Alves, de apenas 22 anos, foi assassinada pelo ex-namorado no fim de fevereiro dentro da joalheria onde trabalhava, em um movimentado shopping de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Quando a polícia finalmente deteve o agressor, Cássio Henrique da Silva Zampieri, de 25 anos, ele já havia desferido a facada que matou a jovem. As armas brancas, revela o Fórum, foram usadas em 48,7% dos feminicídios registrados no Brasil entre 2021 e 2024. “Facas e machados são os instrumentos que normalmente o homem tem à mão”, comenta Bueno.

Assim como no caso da vendedora, 13,1% das vítimas de feminicídio em 16 unidades da federação tinham uma Medida Protetiva de Urgência contra ex-companheiros, mas isso não foi suficiente para contê-los. Na capital paulista, acrescenta a diretora-executiva do Fórum, es-

se índice chega a impressionantes 20%. “O Estado falha na fiscalização.”

Atualmente, segundo o IBGE, sete em cada dez pedidos de divórcio são apresentados pelas esposas. Beatriz Accioly, antropóloga e líder de Políticas Públicas pelo Fim da Violência Contra Mulheres no Instituto Natura, alerta que o momento do rompimento da relação é sempre o mais perigoso para elas, pois maridos controladores tendem a agir por vingança. Um exemplo trágico é o do secretário de Governo da prefeitura de Itumbiara, no interior de Goiás, Thales Naves Alves Machado, que matou os dois filhos para punir a companheira. Em crise conjugal, ele suspeitava de uma traição da esposa, que passou a ser atacada nas redes sociais após o crime – como se a responsabilidade fosse da mãe enlutada. Sarah Araújo foi hostilizada e ameaçada durante o velório de um dos filhos e nem sequer conseguiu presenciar o sepultamento, deixando o cemitério sob escolta policial.

“Não é uma violência impulsiva, ela está diretamente relacionada a controle e poder”, avalia Accioly. Esse comportamento não seria possível, no entanto, se não existisse um ambiente que tolera “o ataque aos corpos, às reputações e à vida

Cidades pequenas, sem Delegacia da Mulher ou Casa Abrigo, concentram 50% dos feminicídios

das mulheres”. Não por acaso, a Lei Maria da Penha reconhece cinco tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. “A maioria delas é frequentemente naturalizada no convívio social, como se, na ausência de hematomas, não fosse grave o suficiente”, lamenta.

Enquanto a sociedade não combate essas práticas de coação e domínio, a violência seguirá banalizada, avalia a antropóloga. “A facilidade com que um agressor encontrou quatro amigos dispostos a participar de um estupro coletivo revela como essas violências são tratadas”, destaca, comentando o caso no Rio de Janeiro, em que uma adolescente de 17 anos foi vítima de uma emboscada armada pelo ex-namorado e colega de escola.

Dos mais de 83 mil casos de violência sexual registrados no Brasil no ano

passado, 77% vitimaram crianças e adolescentes com menos de 14 anos. O chamado estupro de vulneráveis atinge taxas epidêmicas, e os menores não estão seguros nem dentro de seus próprios lares. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dois terços desses crimes ocorrem na casa das vítimas e, em 45% dos casos, o autor é um familiar. Diretora-executiva da ONG Childhood Brasil, Laís Peretto avalia que a “estrutura patriarcal e machista ainda é muito forte no País, e faz com que a criança não seja vista como um sujeito de direitos”.

O Judiciário é, muitas vezes, conivente com essas práticas. Recentemente, um homem de 35 anos que vivia “maritalmente” com uma menina de 12 anos – caso indiscutível de estupro de vulnerável – foi absolvido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Dois desembargadores decidiram ignorar a lei e manter o martírio da vítima. Como observa o colunista de *CartaCapital* Aldo Fornazieri à pág. 27, a decisão só foi revertida porque “a opinião pública colocou o Judiciário no banco dos réus”. Pouco depois, o relator do caso, Magid Nauef Láuar, foi afastado da 9ª Câmara Criminal por decisão do Conselho Nacional de Justiça. O magistrado acumulava acusações de assédio e importunação sexual – cinco vítimas o denunciaram.

“A Lei é muito clara, não existe nenhuma possibilidade de relativizar a relação de um adulto com uma criança menor de 14 anos. Ela não tem como consentir”, observa Alice Bianchi, doutora em Direito Penal e vice-presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas.

A cultura do estupro também se fortalece no ambiente digital, impulsionada por grupos misóginos e *influencers* masculinos, os chamados *red pills*. Marisa Sanematsu, diretora de conteúdo da Agência Patrícia Galvão, observa que a conquista de direitos das mulheres e sua maior presença no mercado de trabalho ampliam a distância entre os gêneros. “Os ho-



Fiscalização frouxa. Medida protetiva não deteve o assassino de Cibelle Alves

CELEBRAR O QUÊ?

O Brasil é um dos países mais hostis do mundo para a mulher

FEMINICÍDIOS:

1.568

vítimas de feminicídio em 2025



13,1%

das vítimas **tinham medida protetiva** quando foram mortas*



4,7%

de alta em relação ao ano anterior

14,5%

de crescimento desde 2021



50%

dos crimes ocorreram em municípios com menos de **100 mil habitantes**

5%

dessas pequenas cidades têm Delegacia da Mulher e apenas **3% possuem Casa Abrigo**

VIOLÊNCIA SEXUAL:

83 mil

casos de estupro registrados em 2025. Destes, 71% envolviam crianças e adolescentes com **menos de 14 anos**



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

MERCADO DE TRABALHO:



R\$ 3.908,76

é a remuneração média das mulheres, **21,2% menos** que a dos homens (R\$ 4.958,43)

39,2%

dos cargos gerenciais no País **eram ocupados por mulheres** em 2025



19,8%

do Senado é composto por **mulheres**

18,1%

da Câmara dos Deputados é composta por **mulheres**



89%

da população brasileira **quer mais mulheres** candidatas nas eleições de 2026



133º

lugar é a posição do Brasil no ranking global de **representação feminina** no Parlamento

Fonte: B3, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Patrícia Galvão, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego e ONU Mulheres.

*A análise contempla 1.127 feminicídios em 16 unidades da federação.

mens estão em crise. Não acompanham esse avanço e, em meio a essa crise de masculinidade, surgem nichos que reagem com violência, sentem-se espoliados. São tipos masculinos que não suportam mais ouvir um ‘não.’” Gallianne Palayret, representante da ONU Mulheres no Brasil, alerta que a violência de gênero potencializada pelas redes sociais será um dos maiores desafios nas eleições deste ano. “Hoje, 98% dos *deepfakes* produzidos no mundo são pornográficos e 99% das vítimas são mulheres”, revela.

No Brasil, as mulheres ocupam apenas 18,1% dos assentos na Câmara dos Deputados e 19,8% no Senado. Nos ministérios, dez das 31 pastas são comandadas por mulheres, o equivalente a 32,3%. “A ausência de mulheres na tomada de decisão afeta diretamente prioridades orçamentárias e políticas em temas estruturantes, como o enfrentamento à violência, creches, saúde e autonomia econômica”, avalia Palayret.

Deputada estadual em São Paulo, Mônica Seixas (PSOL) habituou-se a enfrentar ataques misóginos na internet e na vida real. Ela critica a nova geração de políticos de direita, cada vez menos aberta ao diálogo. “Eles perseguem e humilham opositores e o alvo normalmente é uma mulher”, afirma. A parlamentar processa o colega Lucas Bove (PL) por violência política de gênero, com pedido de cassação no Conselho de Ética e ação no Ministério Público Federal. Segundo a parlamentar, “ele tenta intimidar, xingar e emite falas claramente direcionadas ao público *red pill*”. Na terça-feira 3, o Conselho de Ética anunciou a reabertura do processo contra Bove por violência doméstica contra a ex-esposa, episódio denunciado pelo PSOL.

A violência contra mulheres também se manifesta em espaços historicamente



Machismo. Gustavo Marques, zagueiro do Red Bull Bragantino, desrespeitou a árbitra Daiane Muniz em partida do Paulistão

ração, o clube puniu o jogador com suspensão na partida seguinte e um desconto salarial, cujo valor será revertido para uma instituição de combate à violência de gênero. Antes mesmo do resultado do julgamento, a Federação Paulista de Futebol emitiu nota de repúdio ao comportamento do atleta. Para a promotora do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, Beatriz Calheta, essas respostas são “posturas importantes porque deixam claro que esse comportamento não pode ser tolerado, não se trata apenas de uma disputa de narrativa”.

A advogada observa que a presença de mulheres em funções tradicionalmente ocupadas por homens

tem sido alvo de ataques machistas, mas destaca que a Justiça Desportiva tem dado respostas rápidas e contundentes. “Comentaristas ouvem muitos ataques machistas, normalmente desqualificando a aparência ou a capacidade técnica das árbitras. Críticas direcionadas a homens não têm esse tom.”

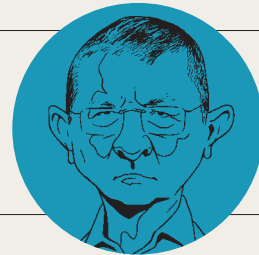
Mesmo em um cenário de violência generalizada, a diretora-executiva da Childhood Brasil consegue identificar um ponto positivo: “Hoje as pessoas se sentem mais seguras para denunciar as violências e há mais canais disponíveis. O desafio agora é romper os ciclos”. O caso da criança de 12 anos em Minas Gerais ilustra essa dinâmica: a rede de proteção funcionou, a escola notou a ausência, acionou o Conselho Tutelar, a polícia interveio e os responsáveis foram presos e condenados na primeira instância. “Foi na elite do Judiciário que se revelou o problema”, concluiu a especialista. •

As mulheres ainda recebem salários 21,2% inferiores aos dos homens

dominados por homens, como o futebol. Nos gramados, atos de machismo explícito ainda são comuns, mesmo com maior presença feminina em funções de destaque. No Campeonato Paulista deste ano, para citar um exemplo, Gustavo Marques, zagueiro do time Red Bull Bragantino, questionou a autoridade da árbitra Daiane Muniz após perder para o São Paulo: “Não adianta a gente jogar contra São Paulo, Palmeiras, Corinthians e eles colocarem uma mulher para apitar um jogo desse tamanho”.

Após a repercussão negativa da decla-

ALDO FORNAZIERI

Cientista político e autor
de *Liderança e Poder*

O Judiciário no banco dos réus

► **A sociedade está farta dos privilégios dos juízes e das decisões que afrontam a lei**

A opinião pública colocou o Judiciário no banco dos réus. São pequenos e grandes desatinos, pequenos e grandes abusos dos que se sentem impunes porque se consideram senhores da lei ou acima dela. A crise é extensa, multifacetada e atinge a magistratura de alto a baixo.

A crise é de ineficiência, imparcialidade, morosidade, confiança e também moral. Claro que existem lapsos de eficiência e compromissos, merecedores de elogios, respeito e admiração. A forma como o Supremo Tribunal Federal enfrentou os atos golpistas e defendeu a democracia é um desses lapsos.

Esses feitos não podem, porém, ser anulados por malfeitos. Tampouco podem servir de escudo para condutas impróprias de juízes. Se a crise é antiga, alguns episódios recentes são particularmente marcantes. O escândalo do Banco Master foi devastador para o STF. As arbitrariedades de Dias Toffoli na condução do inquérito, as suspeitas sobre a ligação de Vercaro com alguns ministros e com escritórios de advocacia ligados a seus familiares, bem como a promiscuidade entre interesses de parentes de magistrados e decisões tomadas no âmbito do Supremo, agravaram a crise de confiança e aprofundaram a crise moral no e do Judiciário.

Os ministros do STF não podem adotar a máxima de que vícios privados seriam compensados por virtudes públi-

cas. O caso Master evidenciou exatamente o contrário. Hoje há uma demanda crescente por *compliance* na gestão das empresas e por conduta ética nos negócios e nas atividades administrativas. O STF deve à sociedade e à opinião pública a adoção de um rigoroso código de ética que estabeleça regras claras para a atuação dos ministros nos tribunais superiores. É o mínimo que se espera.

A declaração do ministro Luís Roberto Barroso de que “se a sociedade procura tanto o Judiciário, é porque ele tem credibilidade” parte de uma constatação verdadeira para chegar a uma conclusão falsa. A sociedade procura o Judiciário por necessidade, uma vez que a litigância social é crescente. Não lhe resta alternativa. E o que ela encontra é morosidade, ineficiência e parcialidade. Como regra geral, o Judiciário tende a decidir contra os pobres e em favor dos ricos. No Brasil, a Justiça não é justa.

A Justiça injusta tem várias faces. Uma delas se revelou na absolvição de um homem de 35 anos que vivia “maritalmente” com uma menina de 12 anos, um caso evidente de estupro de vulnerável. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pelo juízo de dois desembargadores, decidiu violar a lei e manter o martírio da vítima. Pior, o relator, desembargador Magid Nauef Láuar, que propôs a absolvição com argumentos absurdos, é acusado de ser um assediador contumaz. A decisão só foi revertida porque a opinião pública colocou o Judiciário no banco dos réus.

Episódios como esse revelam duas coisas. Em primeiro lugar, a necessidade de ampliar a presença de mulheres no Judiciário, inclusive nas cortes superiores. É inadmissível que o STF tenha só uma mulher, a ministra Cármen Lúcia. A pri-

meira decisão de Láuar não deve ser vista como um ato pessoal e isolado. Ela reflete uma tragédia estrutural no Brasil: a persistência da cultura do estupro, da violência sexual contra mulheres e crianças e do feminicídio. Essa realidade é insuportável e evidencia não apenas uma crise moral e civilizatória, mas também uma grave falência institucional.

Outra face da Justiça injusta são os penduricalhos dos juízes. O Judiciário brasileiro, um dos mais caros do mundo, em um dos países mais desiguais do planeta, concentra o maior foco de supersalários no serviço público. Trata-se de uma das maiores imoralidades da administração pública.

Os supersalários são abjetos, odiosos e indecorosos. Precisam ser colocados no centro dos debates sobre ética pública, igualdade e responsabilidade fiscal. Eles representam uma das faces mais cruéis da Justiça injusta, pois tornam a magistratura uma categoria de hipócritas.

Enquanto o povo pobre e trabalhador vive o martírio diário da escassez, os juízes extrapolam em muito o teto constitucional de 46,3 mil reais. Num conluio vergonhoso, representantes dos Três Poderes articulam um acordo que pode deixá-lo perto dos 60 mil. Levantamentos mostram que 80% dos juízes são agraciados com supersalários.

Essas mazelas degradam o ambiente político e a moralidade social. Os cidadãos têm a impressão de que existe um vale-tudo para quem tem recursos e poder. Ao povo restam as migalhas. Nesse espetáculo da degradação, o que se vê em Brasília não é uma crise institucional, mas uma crise das instituições. As eleições vêm aí. Elas se realizarão nesse cenário de deterioração, de falta de perspectivas, nessa ausência de sentido de futuro. •

alfornazieri@gmail.com

Fúria invasora

BAHIA Após demarcação, o conflito entre indígenas e fazendeiros se agrava no extremo sul do estado

POR FABÍOLA MENDONÇA

Cenário de constantes conflitos fundiários, o extremo sul da Bahia foi palco de mais um episódio de violência, que deixou duas turistas baleadas e resultou na prisão de 12 indígenas. O caso ocorreu em 24 de fevereiro, durante o processo de retomada da TI Comexatibá, no município de Prado, cuja demarcação foi homologada pelo governo federal em novembro do ano passado. Ruralistas se recusam a deixar o território de 28 mil hectares, que abriga perto de 730 integrantes do povo Pataxó.

A demarcação consta na Portaria 1073/2025, assinada pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, realizada em Belém. Na ocasião, o ministro homologou outras nove áreas, totalizando 21 Terras Indígenas reconhecidas no terceiro governo Lula, após quatro anos de paralisação na gestão de Jair Bolsonaro.

Segundo relatos de indígenas, homens armados montaram uma barreira na estrada que dá acesso ao distrito de Corumbau, tentando impedir a entrada na comunidade. Uma família da etnia Pataxó conseguiu ultrapassar a barreira, mas foi perseguida, agredida, ameaçada e ainda teve o carro incen-

diado. “Quando chegamos lá, havia um caminhão bloqueando o acesso. Conseguimos desviar, mas uma moto e um carro preto vieram atrás de nós. Um capanga chegou a dizer: ‘É agora’. Tentamos fugir por outro caminho e eles continuaram nos seguindo. Mais à frente havia outra barricada. Nos obrigaram a descer do carro, que estava cheio de crianças e adolescentes. Então corremos para dentro do mangue”, descreve Lika, liderança indígena, acrescentando que os menores foram agredidos e ameaçados com uma arma.

“Eles batiam na cara dos meninos e diziam que iam enterrá-los em um buraco na areia”, diz Lika. O conflito resultou em disparos de arma de fogo, que feriram duas turistas gaúchas a caminho da praia. A polícia local apressou-se em responsabilizar os indígenas, que negam a autoria dos tiros. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública da Bahia,

Organizações denunciam a criminalização de lideranças da etnia Pataxó

os 12 acusados foram presos por tentativa de homicídio, associação criminosa, porte ilegal de arma de fogo e corrupção de menores. Os acusados, acrescenta o órgão, carregavam quatro carabinas e um revólver, além de munições.

“Isso foi uma armação dos fazendeiros e posseiros, inclusive com a participação de indígenas corrompidos pelo agronegócio, que se colocam contra a luta territorial de seu povo. Eles armaram tudo, quase assassinaram duas turistas e culparam os parentes. Esse tiro não partiu das retomadas, e sim dessa barreira. Formou-se um círculo das polícias Federal, Militar, Civil e até da Força Nacional contra os indígenas”, acusa a vice-cacique Uruba Pataxó, secretária do Conselho de Caciques do Território Comexatibá. “A polícia torturou os adolescentes, colocou faca na garganta e arma na cabeça deles. Fizemos eles assumirem um crime que não cometeram.”

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública afirma trabalhar para “ampliar as ações preventivas, de inteligência e também de repressão, quando necessárias, visando a manutenção da ordem no extremo sul da Bahia, mais precisamente em localidades marcadas por disputas fundiárias”. Destaca ainda que os conflitos são “ocasionados pela indefinição do processo de demarcação de terras e que as áreas conflagradas são de atribuição da União”. Dos 12 indígenas detidos, sete eram adolescentes, encaminhados para internação no sistema socioeducativo a pedido do Ministério Público. Os adultos foram liberados, com exceção do cacique Mandy, que, até o fechamento desta edição, continuava preso. “Além de ser proibido de entrar em seu território, nosso povo está sendo criminalizado e perseguido. A prisão do cacique Mandy é um crime político, porque ele é um líder que não se corrompe, não



se vende e não se cala”, ressalta Uruba.

De acordo com o Ministério da Justiça, foram mobilizados 12 agentes da Polícia Federal, 45 da Polícia Rodoviária Federal e 40 da Força Nacional de Segurança Pública para atuar em conjunto com a PM da Bahia no extremo sul do estado. Na semana do conflito, a região recebeu a visita do secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério, Chico Lucas, e do Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, para mediar uma solução. “Assim que tomamos conhecimento

Faroeste. Emboscadas na estrada, ataques a tiros, carros incendiados... Os habitantes da TI Comexatibá acusam os ruralistas de semear o terror na região de Prado (BA)



da situação, os efetivos das forças de segurança foram mobilizados para atuação imediata. O governo federal reafirma seu compromisso com o combate ao crime organizado e às milícias armadas, e informa que atividades ilegais na região serão punidas com o rigor da lei”, afirma a pasta, por meio de nota.

Os indígenas se dizem vítimas de uma campanha de difamação patrocinada por fazendeiros da região e por veículos de comunicação locais, que tentam lhes atribuir a pecha de marginais, violentos e integrantes de facções criminosas. “Há um cenário orquestrado para a propagação de informações falsas que insuflam o ódio e o preconceito contra o povo Pataxó, e que visa à criminalização de lideranças indígenas”, diz nota divulgada pelo Conselho de Caciques do Território Barra Velha do Monte Pascoal e pelo Conselho de Liderança e Caciques do Território Comexatibá.

“Somos insultados onde quer que a

O processo de desintrusão, com a efetiva remoção dos posseiros, não começou

gente passe. A Justiça da Bahia tem lado, é o lado dos ruralistas, dos invasores de nossas terras. Hoje, aquela liderança que abre a boca, que fala, corre risco de morte”, dispara a vice-cacique Uruba. “A gente não se sente seguro de circular dentro do nosso próprio território. E a situação piorou depois que a portaria da demarcação de Comexatibá foi assinada. Encheram as fazendas de pistoleiros para evitar que o pessoal reivindique a permanência na área. Em algumas fazendas, tiraram tudo, só ficaram os capangas para impedir a retomada dos territórios”, completa o cacique

que Mukugê Pataxó, acusando a Força Nacional de unir-se à polícia baiana na criminalização dos indígenas.

Patrícia Pataxó, chefe da Superintendência dos Povos Indígenas do governo da Bahia, reconhece o cenário de violência no extremo sul do estado e afirma que a administração estadual está empenhada em apurar as denúncias de ataques e crimes de racismo contra os indígenas. “É muito triste quando se chega a esse nível de tensão, mas precisamos lembrar que isso vem de todo o contexto anterior a 2023, gerando, em ambos os lados, descrédito nas instituições e a falta de um ideal de democracia, tanto que nós, indígenas, só voltamos a acreditar na Justiça após a retomada desse processo demarcatório. Com a publicação da portaria em novembro, precisamos agora retomar o curso natural da demarcação definitiva. Faltam ainda a etapa da demarcação física, o georreferenciamento das áreas e as indenizações das fazendas que estão dentro do território indígena”, diz.

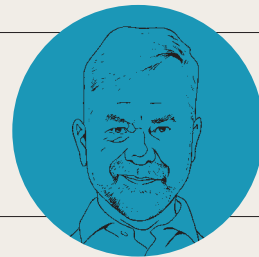
Em nota conjunta, o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai afirmam acompanhar de perto o agravamento do conflito envolvendo a Terra Indígena Comexatibá, dialogando com as comunidades indígenas e com as forças policiais para buscar a resolução pacífica do problema. “O MPI trabalha com a Funai para que o processo seja concluído com celeridade, respeitando o rigor técnico e jurídico de todas as etapas. A pasta tem buscado igualmente esclarecer as dúvidas dos não indígenas e enfrentar a profusão de notícias falsas envolvendo o processo demarcatório”, afirma a nota, acrescentando que a conclusão das demarcações trará a segurança jurídica para pacificar a região. “De um lado, assegura o direito originário indígena e, de outro, resguarda quem adquiriu terras de boa-fé ou aguarda as indenizações cabíveis para a desocupação das áreas demarcadas.”



Reconhecimento. Lewandowski assinou a portaria declaratória da TI em novembro

PAULO ARTAXO

Cientista e diretor do Centro de Estudos Amazônia
Sustentável da Universidade de São Paulo (CEAS-USP)



Risco estrutural

► Mudanças climáticas pressionam o setor de seguros e afetam o preço das apólices

Cada vez mais recorrentes, os eventos climáticos extremos abalam o setor de seguros. Seja nas fortes chuvas, seja nas ondas de calor, os prejuízos se acumulam em apólices que cobrem propriedades, automóveis ou saúde. Isso tem gerado pressões enormes sobre seguradoras, resseguradoras e consumidores em todo o mundo, além de alterar os modelos atuariais.

O setor de seguros, historicamente o pilar de estabilidade do sistema financeiro global, enfrenta em 2026 sua crise mais aguda em décadas. O que antes ocorria a cada cem anos tornou-se rotina, forçando uma reescrita completa das tabelas atuariais e deixando milhões de proprietários em um limbo de vulnerabilidade financeira.

No Brasil, o mercado de seguro residencial cresceu 16,5% em 2024, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). Os preços das apólices dispararam, e o impacto tornou-se ainda mais agudo após as catástrofes climáticas de 2024 e 2025, que alteraram a percepção de risco tanto de consumidores quanto de seguradoras.

Globalmente, as perdas decorrentes de catástrofes naturais atingiram o recorde de 145 bilhões de dólares em 2025, aponta um relatório do Swiss Re Institute. No entanto, o dado mais alarmante é o chamado “gap de proteção”: cerca de 60%

dos prejuízos não estavam cobertos, o que força governos e indivíduos a arcarem com os custos. Na reconstrução do Rio Grande do Sul, o governo federal gastou perto de 81 bilhões de reais.

No Brasil, a CNseg aponta 2025 como um ano de virada. As enchentes históricas em municípios gaúchos e a seca severa na região Centro-Norte não apenas geraram indenizações recordes, mas também impulsionaram a demanda por coberturas específicas contra eventos extremos. No agronegócio, os prêmios passaram por uma revisão rigorosa, devido à imprevisibilidade das safras, com o setor em busca de novas soluções de seguro paramétrico.

O setor reage em duas direções. De um lado, há investimento crescente em modelagem climática avançada, uso de *big data* e parcerias com centros de pesquisa para recalibrar cenários de risco. De outro, observa-se uma estratégia de “repreificação estrutural”, termo empregado por analistas para descrever a adaptação permanente das carteiras às novas realidades climáticas.

Um fenômeno que se intensificou recentemente é o abandono de mercados de alto risco. Grandes seguradoras globais estão deixando de renovar apólices em regiões costeiras e áreas propensas a incêndios florestais – como partes da Califórnia e da costa da Flórida – por considerarem o risco “tecnicamente inaceitável”. Isso cria um efeito dominó: sem seguro, as hipotecas tornam-se inacessíveis, os valores dos imóveis despencam e a estabilidade econômica regional é posta à prova.

O agronegócio é o setor que sente o impacto de forma mais direta. A imprevisibilidade do regime de chuvas e as que-

bras de safra sequenciais mudaram o jogo. Uma das soluções tem sido o chamado seguro paramétrico, em que, em vez de esperar que um perito vá ao campo, o seguro paga automaticamente se um índice (por exemplo, milímetros de chuva ou temperatura) atingir um gatilho predefinido, medido via satélite. Mesmo assim, algumas culturas em regiões específicas estão deixando de ser aceitas pelas seguradoras, devido à instabilidade climática.

Os seguros de vida e saúde também têm sido impactados, uma vez que as mudanças climáticas afetam diretamente a condição humana. As mortes relacionadas ao calor extremo já influenciam as tabelas atuariais em áreas urbanas densamente povoadas. Além disso, há um aumento de casos de doenças tropicais, em que a expansão de vetores – como os mosquitos da dengue e da malária – para novas latitudes e altitudes intensifica a pressão sobre os planos de saúde. A poluição do ar em áreas urbanas e rurais também aumenta, devido ao crescimento de partículas provenientes de incêndios florestais, ampliando custos com tratamentos respiratórios.

O grande desafio dos próximos anos será evitar que o seguro se torne um privilégio exclusivo dos mais ricos. A colaboração entre os setores público e privado, por meio de fundos de catástrofe e incentivos à construção resiliente, é um caminho para manter a sociedade protegida. Uma coisa é certa: as mudanças climáticas deixaram de ser um risco emergente e passaram a ser um risco estrutural. A forma como o setor de seguros e os governos responderem a essa transformação terá implicações profundas para a estabilidade econômica nas próximas décadas. •

redacao@cartacapital.com.br

Os filhos da repressão

DITADURA Grupo de familiares de perseguidos pelo regime lutam por uma anistia coletiva e pela memória

POR SÉRGIO BARBO

Uma frase de Wagner Moura durante a cerimônia de premiação do Globo de Ouro, em janeiro, calou fundo no coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça. “*O Agente Secreto*”, afirmou o ator premiado, “é um filme sobre memória, ou a falta de memória, e trauma geracional. Eu penso que se trauma pode ser passado por gerações, valores também podem.”

Traumas transgeracionais estão justamente no cerne dos assuntos abordados pelo grupo de familiares de perseguidos políticos pela ditadura. Depoimentos documentados comprovam que os descendentes foram atingidos por atos de exceção do Estado e sofreram consequências como separações familiares, prisão, clandestinidades, tortura, exílio, vigilância constante, estigmatização social, doenças físicas e psicológicas, interrupção de estudos e perdas materiais. Longe de serem danos isolados, são transmitidos entre gerações por meio de mecanismos psíquicos, sociais e biológicos cientificamente comprovados.

Por décadas ignorados pela política de reparação brasileira, os efeitos transgeracionais da ditadura ganharam os holofotes recentemente por conta do cinema, em especial de *Ainda Estou Aqui*, di-

rigido por Walter Salles e baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, e *O Agente Secreto*, escrito e dirigido por Kleber Mendonça Filho. “O impacto foi profundamente emocional, antes de ser político”, diz a jornalista Jana Sá, do grupo Filhos e Netos, sobre o filme de Mendonça. “A última cena me atravessou de um jeito muito íntimo. Quando o filho adulto demonstra desinteresse, quando a memória do pai parece diluída, quase apagada... aquilo não é apenas uma cena sobre uma família. Aquilo é uma metáfora poderosa sobre o esquecimento.” Sá continua: “Ali senti um nó na garganta, porque o que está em jogo não é apenas a perda de uma memória individual. É a demonstração de como o esquecimento se transformou em política do Estado. O Brasil construiu, ao longo de sua transição, uma espécie de pacto silencioso de não elaboração. Uma in-

terpretação da Lei da Anistia que funcionou como manto de impunidade: arquivos fechados, crimes não responsabilizados, mortes e desaparecimentos sem resposta. Quando o Estado não promove a memória, ele produz o esquecimento. E o esquecimento não é neutro, ele protege os perpetradores”.

Nascida em 1983, em Natal, Rio Grande do Norte, a jornalista conviveu desde a infância com a repressão infligida a seu pai, Glênio Sá. Filiado ao PCdoB e militante na Guerrilha do Araguaia, ele foi perseguido mesmo após o fim da ditadura. Documentos do Serviço Nacional de Informações, convertido na Agência Brasileira de Informação, apontam uma vigilância contínua até 1990, ano de sua morte em um suposto acidente automobilístico, cujas circunstâncias permanecem controversas.

O coletivo do qual Sá faz parte foi fundado em 5 de dezembro de 2014, data de uma audiência pública na qual familiares de perseguidos políticos receberam um pedido oficial de desculpas do Estado. O pedido foi verbalizado por meio de representantes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. O grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça surgiu como um desdobramento das Clínicas do Testemunho, projeto articulado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, por meio das quais eram oferecidos atendimentos psicológicos. Terapeutas começaram, porém, a observar os efeitos transgeracionais e propuseram estender a iniciativa aos filhos e netos.

Embora tenha se desdobrado de um projeto com objetivos mais terapêuticos, o coletivo atua em diversas frentes. No ano passado, o grupo encaminhou, com o apoio da Defensoria Pública da União, um pedido de anistia coletiva à Comissão de Anistia, órgão vinculado ao Ministério de Direitos Humanos. A

O coletivo quer envolver Wagner Moura e Kleber Mendonça Filho na causa



Entre gerações.

O grupo ingressou como *amicus curiae* na ação no STF para a revisão da Lei da Anistia imposta pelos militares

anistia simbólica inclui um conjunto de medidas reparatórias: retratação pública, atendimento psicológico especializado, retorno das Clínicas de Testemunho, facilitação de acesso a arquivos e documentos, gratuidades cartoriais, assessoramento técnico e jurídico, além de medidas educativas como a criação de um memorial virtual.

Ainda em 2025, o coletivo passou a atuar como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320, de 2014, que tramita no Supremo Tribunal Federal e busca a

reinterpretação da Lei de Anistia de 1979. Em novembro, o grupo enviou ao governo outro requerimento com recomendações ampliadas sobre reparações, feito em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Entre outras medidas, pede a abertura dos arquivos das Forças Armadas.

Após entregar o pedido de anistia coletiva ao relator especial de Direitos Humanos da ONU, Bernard Duhaime, o coletivo Filhos e Netos planeja novos passos para divulgar suas reivindicações,

dessa vez, em consonância ao apreço pela arte e cultura. O desejo do historiador Felipe Lott é promover um evento no qual possa entregar o requerimento de anistia a Moura e Mendonça, para que possam conhecer as propostas do coletivo. Neto da deputada estadual cassada Edna Lott e sobrinho do ex-militar e preso político Nelson Lott, Felipe sonha alto: “O ideal é que a entrega de uma carta e do pedido de anistia seja feita numa cerimônia no Cinema São Luiz, no Recife, onde se passa parte do filme. E que o evento possa contar com a presença de parlamentares e outros coletivos”.

Para Sá, a declaração de Moura não é apenas artística, é política e ética. “É poderosa porque toca numa ferida que o Brasil nunca quis olhar de frente. Quando fala de trauma que atravessa gerações, ele está dizendo algo muito simples e profundo, o que não é enfrentado não desaparece. Fica, circula e se instala nos vínculos, nas famílias, nas instituições. Se o trauma pode atravessar gerações, a consciência histórica também pode. A coragem de nomear também pode. O compromisso com a democracia também pode.” A jornalista conclui: “Memória não é permanecer na dor. É impedir que ela continue a ser transmitida como destino”. •



Rota para o mundo

ENTREVISTA O superintendente da Sudene conta como o Nordeste driblou o tarifaço e ampliou as exportações

O Nordeste registrou, em 2025, o maior volume de exportações dos últimos três anos, totalizando 24,8 bilhões de dólares. O desempenho ajudou a reduzir o déficit da balança comercial, ainda dependente das importações, que somaram 27,2 bilhões de dólares. Para o superintendente da Sudene, Francisco Ferreira Alexandre, o resultado reflete os esforços do governo federal em apoiar os exportadores e diversificar parceiros comerciais. Em entrevista à repórter **Fabíola Mendonça**, ele também destacou o papel dos estados nordestinos para o plano de reindustrialização do País. “Temos muito a contribuir com a transição energética.”

CartaCapital: Como foi possível aumentar as exportações mesmo em meio ao tarifaço dos EUA?

Francisco Ferreira Alexandre: Esse resultado é fruto de um conjunto de ações desenvolvidas tanto pela Sudene, como órgão de fomento responsável por desenvolver projetos de investimento na região, quanto pelo governo federal, que tem adotado uma série de iniciativas voltadas à exportação. A partir da visão do presidente Lula, trabalhamos para ampliar o envio de produtos ao exterior e mostrar à Europa, à Ásia e à África que há espaço para novas parcerias. Essa é uma agenda fundamental para o Brasil e para a região. Com esse desempenho, o Nordeste equilibra a balança comercial, gera mais empregos e renda e impulsiona o PIB regional.

CC: Quais setores tiveram o melhor desempenho nas exportações?

FFA: Os vegetais lideraram as vendas externas, com quase 7 bilhões de dólares, seguidos pelos minerais, com 4,6 bilhões, e pelos produtos da indústria alimentícia, que somaram 2,1 bilhões. Também vale destacar o avanço do Matopiba – região de expansão agrícola que abrange áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – na exportação de grãos. Nossos principais parceiros comerciais são China, EUA e Canadá.

CC: Com esse desempenho, o Nordeste conseguiu reduzir o déficit na balança comercial?

FFA: Ainda importamos mais do que exportamos e, portanto, seguimos deficitários no resultado final. No entanto, à me-

dida que firmamos novas parcerias e abrimos mercados, algo que a Sudene tem incentivado fortemente, podemos mudar esse cenário. O Nordeste tem grande potencial para ampliar as vendas externas, inclusive pela localização geográfica privilegiada, mais próxima dos maiores mercados consumidores. Não devemos, porém, olhar apenas para a Europa e os EUA. Também há oportunidades em mercados menores, como o continente africano.

CC: Em 2025, o Nordeste também gerou 348 mil novos postos de trabalho. É a segunda região que mais criou empregos, atrás apenas do Sudeste...

FFA: Sim, temos gerado muitas oportunidades e acreditamos que esse número será ainda maior neste ano. Isso cria um movimento positivo, porque o ciclo econômico gera demanda e, consequentemente, mais empregos. Há múltiplas cadeias produtivas envolvidas, e temos trabalhado em parceria com os governadores, além de contar com os incentivos oferecidos pelo governo federal, para transformar a realidade da nossa região.

CC: Em 2024, o PIB do Nordeste avançou 3,8%, acima da média nacional, de 3,5%. Essa tendência se manteve no ano passado?

FFA: Nossa expectativa é de que, em 2025, o Nordeste também tenha crescido acima da média do País. Precisamos crescer mais para reduzir a histórica desigualdade regional. Só vamos nos aproximar, em termos de PIB e renda, de regiões como o Sul e o Sudeste, se mantermos a economia em ritmo superior. Não é tarefa simples, mas temos atuado nesse sentido, dialogando com setores produtivos, universidades e pesquisadores – parte do trabalho cotidiano da Sudene. Ainda não temos os números consolidados do ano passado, mas a estimativa é de crescimento de 2,3%, ligeiramente acima da média nacional. Para 2026, a projeção é de alta do PIB entre 2,5% e 2,6%.

“Também existem oportunidades em mercados menores”, observa Francisco Ferreira Alexandre

CC: O presidente Lula costuma destacar a importância estratégica do Nordeste para alavancar o programa Nova Indústria Brasil. Qual é exatamente o papel da região nesse esforço de reindustrialização do País?

FFA: Quando o presidente menciona a região, ele reconhece o nosso potencial de gerar energia renovável e construir uma indústria limpa. O programa de reindustrialização é de longo prazo, exige maturação. Na Sudene, temos discutido como atrair companhias capazes de gerar riqueza com menor impacto ambiental, dentro da perspectiva de



Neointustrialização. “Temos muito a contribuir com a transição energética”, diz

descarbonização da economia. Felizmente, muitos empresários nos têm procurado para investir no Nordeste, e o governo federal tem olhado para cá com mais atenção.

CC: Como a Sudene tem apoiado o desenvolvimento industrial no Nordeste?

FFA: Lançamos uma chamada em parceria com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o Banco do Nordeste e a Finep, com foco em energia renovável e inovação. As propostas apresentadas somam 113 bilhões de reais, incluindo projetos de produção de hidrogênio verde, construção de *data centers* e geração de energia eólica e solar. A Sudene tem se articulado com os bancos públicos para viabilizar o financiamento da maior parte dessas iniciativas. Esse ambiente favorável também atrai investimentos externos. O Nordeste tem muito a contribuir com a transição energética.

CC: A Sudene tem um plano de combate à desertificação no Nordeste? O que está sendo feito para mitigar seus efeitos na região?

FFA: Temos uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente para mensurar o problema, além de definir as áreas prioritárias de atuação. Ainda não dispomos desse dimensionamento consolidado. Na Sudene, mantemos parcerias com universidades e com o Instituto do Semiárido, que desenvolvem estudos e projetos voltados às potencialidades da Caatinga. A partir dessas iniciativas, vamos estruturar um plano para reduzir a desertificação. A expectativa é ter um panorama ainda no primeiro semestre. Outro ponto relevante é o potencial de sequestro de carbono da Caatinga, já indicado por estudos como bastante promissor, o que representa também um ativo ambiental. Na COP30, levamos essa proposta para que esse bioma seja reconhecido como estratégico no enfrentamento às mudanças climáticas. •



Histeria apocalíptica

ESCALA 6x1 Mais uma vez, um projeto de ampliação de direitos trabalhistas dispara as sirenes do fim do mundo no setor patronal

POR CARLOS DRUMMOND

Na discussão sobre abolir ou manter a escala 6x1, uma tradição se confirma: sempre que há uma proposta de ampliação de direitos trabalhistas, parte expressiva da chamada elite econômica e da mídia anuncia o risco de colapso da economia brasileira. Antes da promulgação da Lei Áurea, em 1888, os jornais também alardeavam que o fim do sistema escravocrata provocaria a ruína das lavouras no País. O mesmo alarmismo antecedeu a criação do salário mínimo, em 1936, a introdução das férias remuneradas, em 1943, a instituição do 13º salário, em 1962, e a PEC das Domésticas, em 2013. Em todas essas situações, a economia se manteve firme.

Diante das pressões de empresários contra a proposta de extinção da escala 6x1 que tramita no Congresso, o governo federal avisa que poderá enviar um projeto próprio, em regime de urgência, ao Parlamento. Entre inúmeros trabalhos produzidos em universidades e institutos sobre o tema, artigos escritos pelos economistas Naercio Menezes Filho, professor do Insper e da Faculdade de Economia e Administração da USP, e Daniel Duque, pesquisador do FGV-Ibre, com perspectivas totalmente opostas, alcançaram grande repercussão, inclusive entre outros economistas.



Fantasia. A redução da jornada não causará desemprego em massa, indicam estudos



A última experiência de redução da jornada no Brasil, de 48 para 44 horas semanais, com a Constituição de 1988, não aumentou nem diminuiu o risco de desemprego no ano seguinte à reforma, aponta o economista Menezes Filho, em artigo reproduzido em vários jornais. Além disso, o salário real horário dos trabalhadores afetados aumentou, pois a remuneração média ficou constante, enquanto a jornada diminuiu.

A maior parte dos efeitos negati-

Longas jornadas estão associadas a um maior risco de mortalidade e adoecimento

vos de uma redução da jornada apontados pelos empresários simplesmente não ocorre devido a uma peculiaridade decifrada por Menezes Filho. Era de se esperar que o aumento de custos elevaria também os preços, com queda das vendas, ou substituição de trabalho por máquinas, o que provocaria desemprego. “Na verdade, os resultados que encontramos estão em linha com os novos modelos de mercado de trabalho, que mostram que as grandes empresas aproveitam que o trabalhador depende daquele emprego para pagar um salário menor do que o valor da sua contribuição produtiva para a empresa. Os economistas chamam isso de ‘poder de monopsonio’”, esclarece o economista.

Na direção oposta, o economista Daniel Duque, pesquisador de economia aplicada da FGV, afirma que o brasileiro trabalha um pouco menos que alguns vizinhos sul-americanos, bem menos que o conjunto de economias emergentes e mais do que nas nações desenvolvidas, que possuem, contudo, uma produtividade muito superior. Devido à baixa produtividade, o custo de transição tende a ser mais sensível no Brasil. O estudo foi divulgado em reportagem da *Folha de S. Paulo*, com a chamada de capa “Brasileiro trabalha menos que a média mundial, aponta ranking”, de enorme repercussão negativa, seguida de retratação parcial pelo jornal.

De acordo com Daniel Ferrer, economista do Dieese e doutor em Direito do Trabalho pela USP, de fato existe um custo de transição, mas ele não pode ser tratado como um choque homogêneo para toda a economia, nem como sinônimo de colapso da competitividade. O tamanho desse impacto depende, sobretudo, de quanto o trabalho pesa no custo operacional de cada setor e de como as empresas podem reorganizar escalas e

Realidade. No comércio, o impacto sobre os custos operacionais seria inferior a 1%

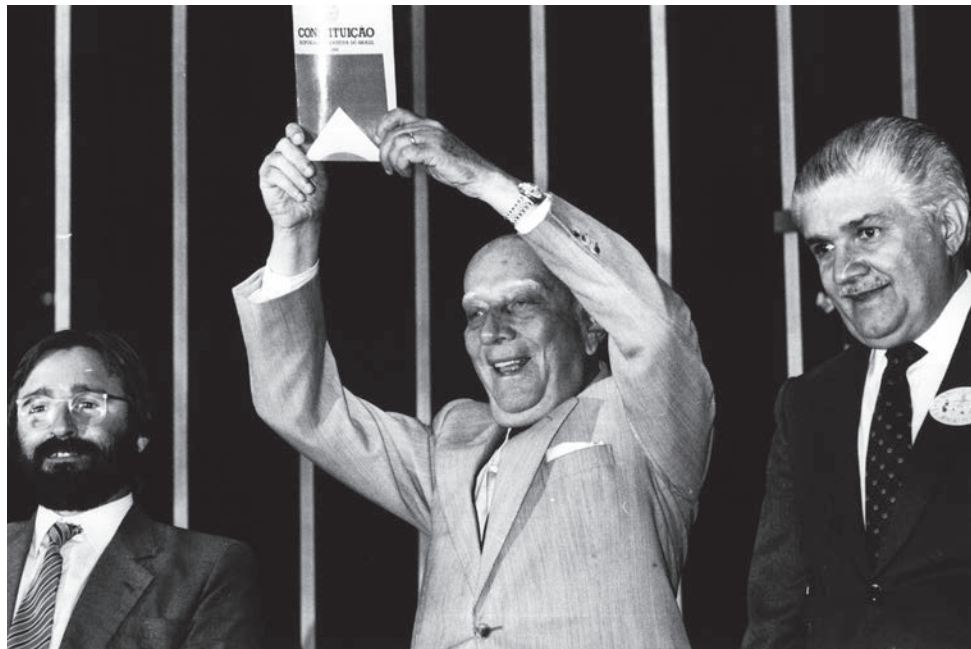
processos. “É o que mostra um estudo do Ipea, o mais robusto feito no Brasil, com base nos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)”, ressalta.

O trabalho do Ipea mencionado por Ferrer, e citado também por Menezes Filho, mostra que, nos setores com maior concentração de empregados, como indústria e comércio, o efeito direto da medida nos custos operacionais seria inferior a 1%. Além disso, o aumento do custo do trabalho pode ser absorvido de diversas formas: reorganização produtiva, ganhos de produtividade por hora, recomposição dos quadros, sem significar automaticamente queda de produção ou de emprego.

Outro aspecto relevante: do ponto de vista do trabalho, a discussão não é apenas sobre duração, mas também sobre distribuição e intensidade da jornada. “A escala 6x1 organiza o tempo de forma socialmente regressiva, o que leva o trabalhador à fadiga, ao adoecimento e ao absenteísmo. A jornada exaustiva também tem um custo econômico, mas ele é socializado. Não passa pela contabilidade das empresas. Ele é externalizado para o trabalhador e para a sociedade como um todo via SUS”, observa Ferrer.

Quanto à comparação de produtividade entre os países, o economista do Dieese identifica “um malabarismo analítico que transforma esses dados em argumento para a manutenção de jornadas exaustivas e longas”. A baixa produtividade no Brasil, sublinha Ferrer, não se explica por uma jornada maior ou menor, mas por fatores estruturais, como a desindustrialização precoce, o baixo nível de investimento e inovação, os gargalos de infraestrutura, a base tecnológica pouco sofisticada e as desigualdades dentro do próprio mercado de trabalho. “Mas, sobretudo, o que explica esse fenômeno é o padrão regressivo de como a economia brasileira se insere na divisão internacional do trabalho secularmente.”

O mais importante a destacar, acres-



centa Ferrer, é que longas jornadas têm um custo social. As evidências internacionais associam longas jornadas a maior risco de mortalidade e adoecimento, o que recoloca a produtividade também como tema de saúde pública e sustentabilidade do trabalho. “Um argumento quase sempre ausente das projeções é justamente o custo social e fiscal das jornadas exaustivas.”

O economista Marcelo Manzano, professor do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da mesma universidade, alerta para as distorções presentes nas comparações utilizadas em prol da manutenção da escala 6x1. Cálculos que consideram di-

História. Quando a Constituição de 1988 reduziu a jornada de 48 para 44 horas semanais, a gritaria foi intensa. Com a PEC das Domésticas, deu-se o mesmo

ferentes formas de medir a jornada estão sendo cotejados com a produtividade do trabalho no País, os impostos e as transferências, e indicam que o Brasil vai ficando para trás em relação a outros países.

“Há problemas nesse tipo de medição. Primeiro, eles tomam muito em conta a jornada pura e simples, quanto tempo o trabalhador passa em sua ocupação. Certamente, o operário da Coreia do Sul gasta muito menos tempo no deslocamento do que o brasileiro, e isso não é considerado na jornada, para fins estatísticos, mas tem impactos práticos na vida cotidiana”, frisa Manzano. “Nessas comparações, afirma-se que o brasileiro não se interessa pelo trabalho e prefere ampliar as horas de lazer, mas não se considera o prêmio pelo trabalho, ou seja, o nível do salário. Ora, o indivíduo trabalha mais à medida que essa hora é premiada com valor maior, e o salário médio no Brasil segue muito baixo”, acrescenta o diretor do Cesit.

A subutilização da força de trabalho ocorre por falta de oportunidades, não por vontade dos trabalhadores



A jornada média no Brasil, ressalta Manzano, é próxima de 40 horas semanais, embora muitos trabalhem 44 horas ou mais. Nem sempre isso é escolha: muitos não encontram empregos com carga horária completa e remuneração compatível, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE).

A subutilização da força de trabalho girou em torno de 14% em 2025. Ou seja, perto de 15 milhões de brasileiros gostariam de trabalhar mais, mas não encontraram oportunidades. “Não é, portanto, uma questão da vontade do trabalhador, mas da estrutura produtiva, ou da estrutura operacional que não ofere-

ce ocupações com jornadas mais longas com remunerações mais atrativas”, dispara o professor da Unicamp.

O predomínio de ocupações de baixíssima produtividade, após décadas de desindustrialização, é outro ponto relevante. “Um garçom tem uma produtividade semelhante na Itália, na Coreia do Sul, em qualquer lugar do mundo... Podem se passar dez ou 20 anos, o rendimento será o mesmo. Infelizmente, esse tipo de ocupação é preponderante no Brasil, então a produtividade é baixa mesmo. Estudos que não consideram tais particularidades são insidiosos, induzem a erro”, ressalta Manzano.

O economista Daniel Duque, pesquisador de economia aplicada da FGV, afirma encontrar “muito mais pontos de concordância do que de discordância” em relação aos aspectos destacados pelo Dieese e pelo Cesit. “O fato de o brasileiro não ser tão produtivo não é por culpa dele. Eu concordo totalmente com isso. Essa é uma avaliação 100% correta. A produtividade não é uma medida do esforço individual dos trabalhadores.”

“A única ressalva”, prossegue Duque, “é que existe uma regularidade estatística muito clara entre a produtividade e a jornada de trabalho no mundo. Quando você consegue produzir mais, por estar em um emprego de maior tecnologia ou com mais capital humano, tende primeiro a aumentar a jornada. A partir de certo ponto, conforme você se torna mais rico, passa a trabalhar um pouco menos. Isso se observa tanto em nível individual quanto na comparação entre os países”, acrescenta o pesquisador.

Duque concorda que as previsões catastrofistas sobre a economia são infundadas. “A gente não vai entrar em uma grande crise ou perder muita competitividade, se essa proposta for aprovada. Poderemos crescer 1%, 2% nos próximos anos. A questão é que poderia crescer mais sem essa reforma.” ●



Capital vs. trabalho

ANÁLISE A campanha patronal contra a redução da jornada vai além do debate econômico. É a velha luta de classes

POR JORGE LUIZ SOUTO MAIOR*

Há muito, ideólogos do capital dizem que a sociedade de classes deixou de existir, preconizando, inclusive, o “fim da história”, dando o triunfo absoluto do liberalismo ou, mais propriamente, do neoliberalismo. Outros vão além e dizem que o próprio trabalho acabou, dadas as inovações tecnológicas que substituíram o ser humano. Os primeiros negam aos trabalhado-

res e trabalhadoras a utopia, impondo-lhes a inexorabilidade da venda da força de trabalho aos capitalistas, como forma de sobrevivência. Os segundos, por sua vez, a partir do argumento da “descartabilidade” da força de trabalho, semeiam o terreno para a redução do preço dessa mercadoria, rebaixando a rede de proteção social. Assim, trabalhadores e trabalhadoras estariam condenados, pelas leis do mercado, a tentar sobrevi-

ver no capitalismo aceitando as condições que lhes forem oferecidas.

Essa racionalidade nos tem sido ideológica e cinicamente imposta pelos representantes do capital e, sobretudo, pelas empresas de jornalismo em massa, em seus mais diversos segmentos. Apesar de fantasiosas, essas versões de mundo vêm, desde a década de 1990, produzindo efeitos concretos na vida dos trabalhadores brasileiros: a terceirização da atividade-meio (1993), a cooperativa de trabalho (1994), o banco de horas (1998), o contrato provisório (1998), a suspensão temporária do contrato de trabalho – *lay off* (2001), a lei de recuperação judicial (2003), o “tempo de espera”, a supressão do intervalo, sem a integral reparação, a ausência de limitação da jornada na dita “atividade externa”, nas tais “funções de confiança” e no “teletrabalho” e a “reforma” trabalhista (2017) que legalizou a jornada 12x36, a terceirização da atividade-fim e o trabalho intermitente e permi-



tiu ao contrato individual suplantar a negociação coletiva em vários termos, além de promover o “negociado sobre o legislado” e criar inúmeros obstáculos para acesso dos trabalhadores à Justiça.

O argumento de que o trabalho acabou ou que não é mais relevante para o capitalismo se destrói pelo próprio movimento do capital na direção da ampliação das formas de exploração do trabalho, para manter ou aumentar suas taxas de lucro, que foi, efetivamente, o objetivo da “reforma” trabalhista. Recentemente, a pandemia deixou à mostra o quanto o modelo de produção capitalista é dependente do trabalho.

Mesmo depois de realizarem, por meio de um golpe, a “reforma” que queriam e mesmo depois de terem de reconhecer a centralidade do trabalho no modo de produção, os representantes do poder econômico, de forma despuddorada, vieram novamente com o discurso da ne-

cessidade de retração de direitos trabalhistas, mantendo a velha ladainha do tal “custo Brasil”. Só que, no meio desse percurso destrutivo, os trabalhadores, a partir da iniciativa do agora vereador da cidade do Rio de Janeiro Rick Azevedo, introduziram uma pauta voltada à melhoria da sua condição de vida e de trabalho: eliminar o trabalho em 6 dias na semana, o que representa, no mínimo, trabalhar 4 horas a menos no período, ao excluir o trabalho no sábado. Alguns projetos de lei, em trâmite no Congresso, foram além e pleiteiam uma redução ainda maior, para 30 ou 36 horas.

E aí o setor econômico, aquele mesmo que diz que o trabalho acabou, veio a pú-

No Brasil, de fato, trabalha-se muito e ganha-se mal

Mudança de foco. Os empresários, com o apoio da mídia, tentam conduzir o debate para o campo da produtividade, embora não se trate só desse ponto

blico dizer que a redução do trabalho de 44 para 36 ou 40 horas por semana vai arruinar a economia. Com isso, apenas explicitaram, mais uma vez, o quanto era enganosa a versão de que o capital sobrevive sem o trabalho.

A questão é que os representantes do capital bem sabem que esse tema está longe de ser um problema meramente econômico. É, essencialmente, político ou, mais propriamente, de luta de classes. Eles têm bem certo a necessidade de evitar, a qualquer custo, que uma pauta progressista, empunhada e protagonizada por trabalhadores, seja vitoriosa e revertida em uma conquista efetiva, pois traria a classe trabalhadora de volta ao cenário da disputa, com a reconstituição da consciência de sua força. Neste contexto inundam o noticiário com argumentos econômicos, propositalmente alarmantes, para atrair a classe trabalhadora para esse campo de disputa, onde as armas são a “produtividade”, a “eficiência produtiva” e a “lucratividade”.

E não encontram quaisquer limites.

No bojo do debate, a *Folha de S. Paulo* deu destaque a uma reportagem que dizia que os trabalhadores no Brasil, com 40,1 horas semanais, estão entre aqueles que menos trabalham. Mas o estudo original, sobre o qual os “pesquisadores” se basearam, não autoriza essa conclusão, principalmente porque os dados utilizados, extraídos da Pnad-IBGE e OIT, referem-se ao número de horas trabalhadas por todos os inseridos na PEA e, no Brasil, a maior parte dessa população está na informalidade, fazendo “bicos” aqui ou ali, ocupando-se, concretamente, em



pouquíssimas horas por semana, o que, portanto, nada tem a ver com o debate acerca da quantidade de horas operadas no mercado formal de trabalho, onde, além de uma jornada normal de 44 horas semanais, ainda se executam, com frequência, muitas horas extras. De fato, o mundo do trabalho no Brasil é constituído por trabalho em excesso, baixa remuneração, cobranças por produtividade e, por consequência, elevado número de acidentes e doenças do trabalho.

Não sendo o bastante, também se chegou a dizer que “ócio” demais faz mal, principalmente para trabalhadores pobres, o que foi útil ao menos para trazer à tona, mais uma vez, o sentimento histórico de total desprezo da classe dominante pela condição humana dos trabalhadores no Brasil. Cumpre destacar também o componente racista que alimenta a resistência à eliminação da escala 6x1, pois em um mercado de trabalho com 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada, a mudança atingiria, em concreto, uma parcela de ao redor de 19 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, a maioria negros e negras, com média salarial entre um e dois salários mínimos, sendo precisamente este, aliás, o perfil da quase totalidade dos 12,5 milhões de trabalhado-

O fim da escala 6x1 beneficiaria 19 milhões de trabalhadores, negros em geral

res e trabalhadoras terceirizados no País.

De tudo isso, o que parece mais grave é que se os representantes do capital compreenderam o quanto esta disputa se insere no contexto da luta de classes e, a partir desse pressuposto, assumiram o seu papel de atrair os defensores da eliminação da escala 6x1 para o seu ringue, os setores da esquerda, pesadamente, talvez assumindo que a luta de classes não existe mais, ou que só tem lugar nas esferas institucionalizadas, ao discursarem a favor da eliminação da escala 6x1 apresentam fundamentos próprios do capital: aumento da produtividade, diminuição do absenteísmo... Ou, ainda, reforçam as fantasias do capitalismo, afirmando que com menos horas de trabalho (alienado) na semana se terá por promovida a saúde dos trabalhadores.

Ora, a potência da eliminação da escala 6x1 está, precisamente, no efeito da re-

Confinados. Vigora no País, desde sempre, um desprezo pela condição humana dos trabalhadores

dução da exploração do trabalho, na diminuição da mais-valia e no permissivo ato de as trabalhadoras e trabalhadores se verem como sujeitos políticos que possuem força para construir o seu próprio destino, até que nenhuma forma de exploração sobreviva. Nesse contexto, a eliminação da escala 6x1 não é a panaceia. Trabalhar menos quatro horas por semana, nos moldes em que a divisão do trabalho está posta, é importante como um fator de isonomia, ao menos do ponto de vista jurídico-formal, para melhorar um pouco a vida de negros e negras, em profissões discriminadas. Não é uma forma de tornar o modo de produção capitalista em algo justo e no qual os trabalhadores, a partir dessa mudança, podem experimentar um estado pleno de saúde.

Reduzir o tempo do trabalho alienado é um objetivo que deve ser perseguido continuamente sem concessões ao capital, mesmo as de ordem argumentativa, para que se construa uma racionalidade classista, a partir da visão de mundo da classe trabalhadora, até porque é somente por meio dessa apreensão que se poderão experimentar as benesses de organização e de consciência da conquista.

Vista a questão sob o prisma necessário da luta de classes, portanto, qualquer proposição legislativa que, reduzindo a jornada, crie mecanismos de compensação financeira para empregadores, estabeleça uma aplicação paulatina do direito ou se contente com pouco, avaliando unicamente as correlações de força institucionalizadas, acabará representando senão uma derrota plena, ao menos a perda de uma grande oportunidade de virar o jogo. •

**Professor livre-docente de Direito do Trabalho da USP e desembargador aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.*

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Emagrecimento em pílulas

► O Wegovy em comprimidos aguarda a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

A farmacêutica Novo Nordisk ingressou na Anvisa com um pedido de aprovação do Wegovy em comprimidos (semaglutida oral de 25 mg). Será a primeira versão em pílula do princípio ativo voltada exclusivamente para o tratamento da obesidade e a redução do risco cardiovascular no Brasil. A novidade promete impulsionar a adesão ao tratamento por dispensar o uso das agulhas e eliminar a necessidade de guardar o produto na geladeira, o que facilita a armazenagem e o transporte.

No estudo clínico de fase 3, denominado OASIS 4, o comprimido apresentou alto grau de eficácia. Os pacientes registraram uma perda média de 16,6% a 17% do peso corporal após 64 semanas de uso. O índice é estatisticamente equivalente àquele da versão injetável. Mais de um terço dos usuários avaliados perdeu 20% ou mais do peso original. Atualmente, a única semaglutida oral comercializada nas farmácias do País é o Rybelsus. A pílula é, porém, restrita ao tratamento do diabetes tipo 2 e tem um custo mensal que varia de 690 reais a 1,3 mil reais, a depender da dosagem. Os preços do novo comprimido ainda não estão definidos. A expectativa é de que o valor fique próximo das versões injetáveis.

das e traz o processador A19, que garante a mesma velocidade de operação dos aparelhos mais caros. O *smartphone* inaugura os componentes próprios de conexão da Apple, melhorando o sinal de rede e otimizando a duração da energia da bateria. O visor ganhou a proteção Ceramic Shield 2 para aumentar a segurança contra quedas. O equipamento também passou a ter carregamento magnético MagSafe e tem uma câmera traseira única de 48 megapixels para registrar rapidamente os melhores momentos.

O lançamento tem armazenamento inicial de fábrica para 256 gigabytes e custa, nos EUA, 599 dólares. No Brasil, será vendido nas cores branco, preto e rosa pelo preço sugerido de 5,8 mil reais. A pré-venta nacional começará neste mês.

Caixão com grife

Conhecida por transformar objetos improváveis em itens disputados, a Supreme, marca queridinha dos norte-americanos, voltou a testar os limites do marketing e da cultura pop ao lançar um caixão com sua assinatura. O produto foi feito em parceria com a americana Titan Caskets. Nos Estados Unidos, o preço de lançamento foi de 3.798 dólares e o item esgotou em poucos minutos, repetindo a lógica de escassez que sustenta a imagem da marca.

O caixão segue a estética exagerada típica dos acessórios da Supreme: estrutura em aço de calibre 20, perto de 82 quilos, acabamento externo brilhante com o logotipo e interior revestido com tecido estampado em “pele” de leopardo. A ficha técnica também cita cama interna ajustável, vedação de borracha e alças laterais reforçadas, aproximando o item de um produto real, não só de uma peça de provocação. Vale uma reflexão a partir do lançamento. Se você acha que a vida está cara, a eternidade em um Supreme sai por cer-

ca de 20 mil reais. Isso sem as taxas de importação e frete.

A Supreme foi fundada em 1994, em Nova York, por James Jebbia, surgindo como uma pequena loja voltada para a cultura do skate e o cenário *underground*. A marca tornou-se um fenômeno de marketing ao adotar a estratégia de escassez e exclusividade, criando os famosos “drops”, lançamentos-surpresa com quantidades limitadíssimas que transformaram os produtos em itens de colecionador, gerando filas gigantescas e alto valor.

Ovos de ouro

A multinacional brasileira Global Eggs, fundada em 2018 pelo empresário Ricardo Faria, recebeu um aporte de até 1 bilhão de dólares (perto de 5,2 bilhões de reais) da gestora norte-americana de *private equity* Warburg Pincus. Com a nova operação, a companhia passa a ser avaliada no mercado financeiro em 8 bilhões de dólares.

Atualmente, a Global Eggs opera mais de 50 granjas espalhadas por três continentes, entre elas a Granja Faria, no Brasil, o Hevo Group, na Espanha, e a Hillandale Farms, nos Estados Unidos. Com plantel global que ultrapassa a marca de 45 milhões de aves, a empresa projeta uma produção superior a 15 bilhões de ovos apenas neste ano.

A injeção de capital será viabilizada por meio de um fundo específico da gestora, o Warburg Pincus Capital Solutions Founders. O principal objetivo desse investimento bilionário é financiar a próxima fase de expansão internacional do grupo. Os recursos estratégicos permitirão acelerar a entrada da companhia em novos mercados globais e fortalecer o portfólio de marcas. Além disso, o aporte busca apoiar o modelo verticalizado da empresa, impulsionando a eficiência operacional em escala mundial. •

redacao@cartacapital.com.br

iPhone compacto

A Apple apresentou oficialmente o iPhone 17e. O modelo mantém a tela de 6,1 polega-

Lições do passado

TECNOLOGIA A reserva de mercado de informática gerava resultados robustos até pressões de fora levarem ao seu fim

POR FELIPE AUGUSTO MACHADO E JAMES GÖRGEN*

Nos anos 1970, o Brasil tomou uma decisão ambiciosa, alcançar soberania produtiva e tecnológica no emergente setor de informática, que se tornaria a base da chamada Terceira Revolução Industrial. O instrumento principal foi uma reserva de mercado para produtores nacionais, aprovada em 1984 com apenas um voto contrário no Congresso. Quase 35 anos após o seu fim, o consenso neoliberal consolidou a visão de que a iniciativa teria sido um fracasso, interditando o debate sobre suas lições. Alegou-se que a reserva resultou apenas em produtos caros e obsoletos, sendo necessário enterá-la para alcançarmos a modernidade.

A modernidade não veio. Desde então, o Brasil vive a maior desindustrialização prematura do mundo, cresceu menos que dois terços dos países e apresenta saldo negativo frequente na geração de empregos qualificados. A desnacionalização avançou rápido. Os investimentos estrangeiros saltaram de 6% do PIB em 1995 para 45%. Isso deixou o País vulnerável nesta era de disputa geopolítica entre grandes potências. Nossa dependência é ampla, de *chips* a nuvens e plataformas, passando por cabos submarinos e satélites de baixa órbita. A Administração Pública está amarrada às *big techs* até para se comunicar. Tais corporações, ligadas a um governo que resga-

tou a Doutrina Monroe, acumulam poderes sem precedentes, interferindo nos destinos da nossa democracia.

Ao contrário do que diz o senso comum, a reserva de mercado entregava resultados robustos. Foram criadas centenas de empresas nacionais (66% do mercado), o setor brasileiro registrou o segundo maior crescimento no mundo e os investimentos em P&D eram superiores nas empresas nacionais (8% a 11% da receita, maior do que a Apple atualmente), assim como o emprego de mão de obra qualificada (até cinco vezes maior). Engenharia reversa entregava produtos próximos da fronteira tecnológica e o Brasil passou a liderar nichos como a automação bancária.

Embora houvesse casos de produtos caros e defasados, as comparações costumavam ser metodologicamente frágeis e ignoravam a rápida evolução dos produtos nacionais, situação esperada de uma política ancorada em aprendizado produtivo e tecnológico. Aprender é demorado e custoso, mas é o único cami-

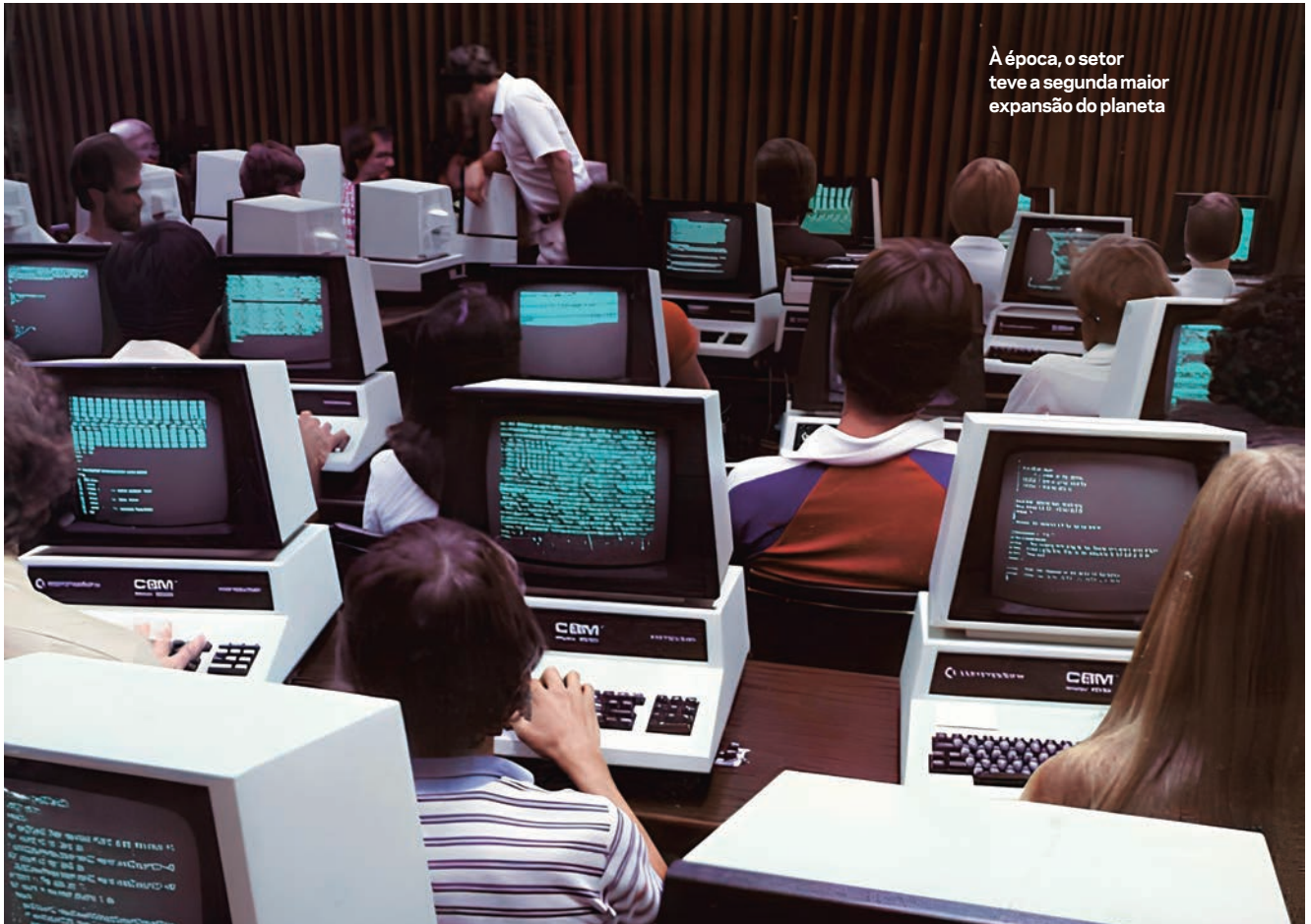
nho para o desenvolvimento sustentável.

Tal evolução foi, no entanto, precocemente interrompida, em grande parte devido ao seu próprio sucesso. Os Estados Unidos utilizaram uma investigação comercial para, entre 1985 e 1989, pressionar pelo fim da reserva. Obtiveram redução dos produtos importados restringidos, promessa de não renovação da reserva, reversão de decisões favoráveis a empresas brasileiras (como nos casos MS-DOS/SISNE e Unitron/Apple Macintosh), aprovação da Lei do Software conforme seus interesses e sanções a exportações. Essa pressão abalou a coalizão de apoio interna. Setores exportadores influentes passaram a temer sanções. Diante da dívida externa e inflação crescentes, o fim da reserva foi imposto pelos EUA como condição para renegociar os débitos. O resultado foi a capitulação do País. As leis seguintes abandonaram a soberania como objetivo e, com requisitos de P&D e de industrialização tímidos e reativos, não evitaram o declínio do setor (1,2% de P&D/receita, 72% de insumos importados).

Não se trata de querer reimplementar a reserva, mas de reconhecer que o abandono da busca por soberania comprometeu o País, e a partir daí buscar caminhos adequados às circunstâncias históricas.

Primeiro, é preciso estancar a desnacionalização. É urgente um mecanismo de avaliação de investimentos estrangeiros que garanta a segurança nacional e o alinhamento deles com uma estratégia de desenvolvimento nacional (entre as 15 maiores economias, só o Brasil não possui). Novos atores nacionais precisam ser fortalecidos com políticas de incentivo que voltem a privilegiar empresas de capital nacional, rediscutindo a Emenda Constitucional nº 6, de 1995, que no auge do neoliberalismo suprimiu a diferenciação de empresas com base na origem do capital.

Nossa dependência externa é ampla, de chips a nuvens e plataformas



À época, o setor
teve a segunda maior
expansão do planeta

A primazia do equilíbrio fiscal deve dar lugar aos investimentos de longo prazo em ciência, tecnologia, política industrial e defesa. Na Alemanha, gastos em infraestrutura e defesa foram excluídos do limite da dívida. Compras públicas precisam priorizar a soberania produtiva e tecnológica sobre o menor preço. A ascensão chinesa nos relembra do papel estratégico das estatais, que devem ser empoderadas e não reduzidas a lucros ou dividendos. Novas companhias públicas precisam ser criadas em setores como minerais críticos e *data trusts*. Como fazem os EUA, o governo deve adquirir *golden shares* em empresas privadas quando necessário.

Em vez de uma reserva de mercado, uma política comercial estratégica. Se empregadas estrategicamente, tarifas desestimulam a especialização em

commodities e incentivam a produção de bens e serviços complexos. Acordos comerciais não podem negligenciar a assimetria produtiva e tecnológica entre o Brasil e nações desenvolvidas. Temos legitimidade para exigir concorrência internacional justa na era da transição energética. Nossa indústria também banca a matriz energética mais limpa do mundo por meio de impostos. É justo que agora tenha de competir de igual para igual com produtos estrangeiros mais poluentes?

Paradoxalmente, a pressão externa voltou de forma tão explícita que pode acordar o gigante. Soberania virou mote político. O alto escalão dos Três Poderes, alvo de sanções, passou a afirmar sua importância. Projetos legislativos, do governo e da oposição, tratam das propostas

mencionadas. Pesquisas de opinião mostram maior disposição social para assegurar a soberania. Por fim, o acirramento geopolítico pode impulsionar alianças entre países que buscam barganhar com as grandes potências. Há sinais, portanto, de que uma nova coalizão de apoio, imprescindível para sustentar uma política com essa ambição, é possível de ser construída.

O neoliberalismo ruuiu. Urge retirar os escombros e desenterrar o debate sobre soberania produtiva e tecnológica. O povo brasileiro merece conhecer e reconstruir esse que ainda é o caminho mais promissor para o desenvolvimento de longo prazo. ●

**Servidores públicos federais integrantes da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.*



O “sucesso” de Milei

ARGENTINA Queridinho dos ultraortodoxos, o presidente empurra o país para a estagflação, misto de recessão e alta de preços

POR MARTÍN GRANOVSKY*

Na abertura das sessões do Congresso em 1º de março, o presidente argentino, Javier Milei, animado com a aprovação da reforma trabalhista e da redução da maioria penal pelos parlamentares, dedicou boa parte da sua participação a distribuir insultos à oposição peronista. A ferocidade do “libertário” produziu manchetes e aticou a base radical, mas não escondeu o iceberg contra o qual a economia do país está prestes a se chocar – se é que já não se chocou. A inflação permanece acima de 30% ao ano e, todos os dias, uma fábrica fecha as portas, devido às importações ou à queda da demanda interna. Um fantasma assombra a Argentina: o da “estagflação”. Estagnação somada à inflação.

Milei insiste que, graças ao seu governo, iniciado em 10 de dezembro de 2023, o país foi salvo da hiperinflação. Ele chega a citar um número mágico, 17.000%. Seria essa a taxa de alta de preços que ele evitou. Nenhum especialista ou estudioso, da esquerda à direita, confirma, porém, essa variação. Ao contrário. Os dados oficiais mostram a persistência do índice acima de dois dígitos, elevadíssimo em comparação aos vizinhos, entre eles Paraguai (3,1%), Brasil (4,26%), Peru (1,5%) e Chile (3,5%). Detalhe: nenhuma dessas outras economias foi empurrada precipício abaixo como na Argentina.

Curiosamente, ou não, o primeiro eco-

nomista renomado a alertar sobre a estagflação não foi um keynesiano heterodoxo, mas um liberal, Carlos Melconian, presidente do Banco Central no governo de Mauricio Macri, no início de 2015, e consultor de grandes grupos empresariais. “Eu, que ando pelas ruas, vejo que tudo está rangendo por causa da estagflação”, disse Melconian ao saber da última taxa de inflação, de 2,9%. Segundo ele, “o crescimento econômico não tem nada a ver com a reforma trabalhista”, um projeto baseado em demissões com baixo custo que Milei conseguiu aprovar nas duas casas do Congresso. “Os empresários contraem empréstimos se houver demanda. Do contrário, perguntam por que precisam de crédito se não há demanda.” O ex-comandante do BC argentino prossegue: “O importante é que a moeda esteja estável e que haja investimento, e isso ainda não está acontecendo na Argentina”. E acrescentou, em tom mais crítico: “Todo mundo sabe que a equipe econômica deste governo tem *expertise* financeira e que

Milei acredita estar construindo um país com Inteligência Artificial, agricultura e Vaca Muerta (extração de hidrocarbonetos por *fracking*). Mas “algumas pessoas se sentem excluídas, e 40 pontos percentuais de estagflação do PIB estão muito abaixo dos níveis de 2023 e 2011”.

A consultoria Audemus relatou que a indústria argentina “acumulou queda média de 7,9% em comparação com 2023”. Segundo a empresa, esta é a segunda maior retração industrial no mundo, conforme dados da Organização para o Desenvolvimento Industrial da ONU (Onudi), atrás apenas da Hungria. A consultoria observou que Brasil e Chile registraram crescimento industrial de 3,5% e 5,2%, respectivamente, no mesmo período. O declínio argentino resultou no fechamento de 2.436 fábricas e se aproxima dos números do primeiro ano da pandemia de Covid-19, em 2020. O setor perdeu 72.955 trabalhadores registrados e o emprego industrial caiu 16% nos dois primeiros anos do governo.

Até mesmo um economista ortodoxo como o ex-ministro Domingo Cavallo alertou para a situação. Cavallo foi ministro nos governos de Carlos Menem, de 1991 a 1996, e de Fernando de la Rúa, em 2001, de triste memória.

Juan Pablo Costa, do Centro de Economia Política Argentina, analisou os dados e constatou que a atividade eco-

**A indústria
demitiu perto de 73
mil trabalhadores
e caiu 8% em
comparação a 2023**



Realidade e fantasia. Enquanto a população enfrenta o desemprego e a queda na renda, o “libertário” ataca a oposição no Congresso e arrocha os trabalhadores



nômica se baseia em setores que quase não geram empregos: agricultura extensiva, intermediação financeira e mineração. O ex-presidente do Banco Central Alejandro Vanoli destacou, por sua vez, que o setor da construção civil teve queda de 16% em 2024 e 2025. Uma das medidas mais significativas de Milei foi o corte de programas de obras públicas em todo o país. A redução inclui da construção e manutenção de rodovias a projetos de saneamento básico e água potável.

O símbolo da estagnação foi o fecha-

mento da fábrica de pneus FATE, com 80 anos de atividade e que, na década de 1960, havia se diversificado a ponto de fabricar calculadoras eletrônicas. “Esses eram verdadeiros industriais”, disse com nostalgia um engenheiro aposentado, que pediu para não ser identificado. O fechamento da FATE gerou 920 demissões.

Juan Carlos de Pablo, economista veterano de 82 anos a quem Milei chama de *el profe* (o professor), e que se encontra aos domingos com o presidente para escutar ópera, defendeu publicamente as

demissões. Escreveu uma coluna no jornal *La Nación* na qual oferece três conselhos aos trabalhadores demitidos: receber suas indenizações, reduzir as despesas a dois terços do nível anterior e procurar emprego. Recomendou não lutar pela reabertura da fábrica e, ao contrário, “procurar, procurar e procurar”.

Em alguns setores, os trabalhadores da FATE não teriam qualquer chance. Só nos três primeiros dias de março, empresas de todo o país fecharam as portas, incluindo a Panpack (75 demissões), o Frigorífico San Roque (140 demissões), a Peabody (artigos para o lar, em concordata devido ao aumento das importações), a Beer Market (distribuidora de bebidas, com 300 demissões) e a Bioceres (em falência). As maiores cidades exibem um cenário de lojas fechadas nos centros comerciais. Em Córdoba, uma das três maiores cidades argentinas, estima-se que haja três negócios fechados a cada 100 metros.

Alguns economistas argumentam que a Argentina não atingiu a estagnação justamente por causa do setor agrícola e da intermediação financeira, mas esse grupo acrescenta uma palavra: “ainda”. De acordo com Florencia Fiorentin, economista-chefe da consultoria Epyca, há uma “desaceleração do crescimento e uma aceleração da inflação, portanto é evidente que a economia caminha no rumo da estagnação”. Fiorentin enfatizou que o declínio continua nos setores da indústria fabril, construção e comércio, onde também se observa uma queda no poder de compra dos salários. ●

**Martín Granovsky, jornalista argentino, é codiretor do site de análises político-econômicas www.yahoraque.com.ar e colunista do programa de tevê QR. Foi vice-diretor do jornal Página/12, funcionário do Ministério das Relações Exteriores e presidente da Agência Nacional de Notícias Télam.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Construtor de mundos

ENTREVISTA “A arquitetura não pode passar em branco”, diz Isay Weinfeld, cuja carreira é revisitada em uma ampla exposição

A ANA PAULA SOUSA

As datas redondas se prestam a reminiscências e celebrações. Mas, no caso de Isay Weinfeld, os 50 anos de seu escritório de arquitetura não servirão nem a uma coisa nem a outra. *Etcétera*, aberta na quinta-feira 5 no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo, é, sobretudo, um passeio por aquilo que o constitui.

Da mesma forma que nega ter um estilo, Weinfeld nega ser apenas um arquiteto. Os filmes em Super-8 feitos com Márcio Kogan nos tempos de faculdade; o longa-metragem *Fogo e Paixão* (1988); as obras de arte; e as músicas, que não cria, mas ouve de forma onívora, se deixam adivinhar entre os cerca de 180 itens expostos. Entre eles há, é claro, maquetes.

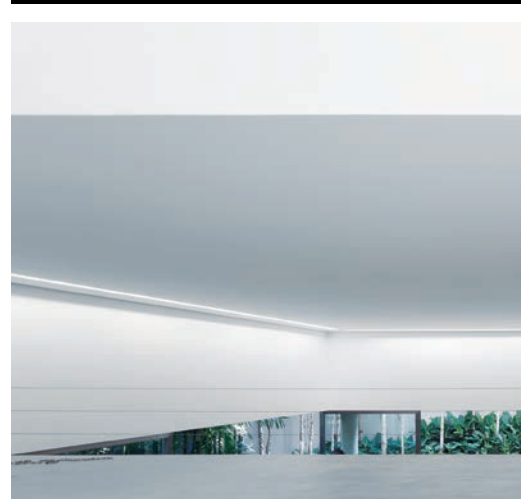
Uma semana antes da abertura da mostra, o autor do projeto do restaurante Four Seasons, em Nova York, dos hotéis da Rede Fasano e do Petit Afrique, edifício residencial no coração de Monte Carlo, em Mônaco, recebeu *CartaCapital* em seu escritório, no Edifício Lacerda, no Sumarezinho, para uma conversa. Embora contido na fala, Weinfeld é solto na risada e trafega de maneira fluida por vá-

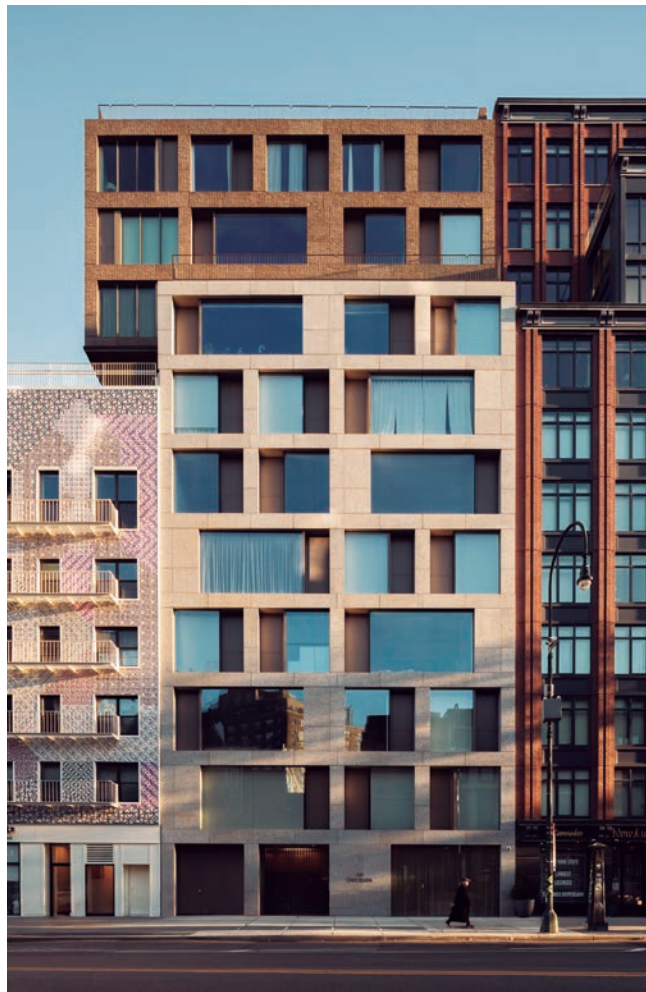
rios temas. Sobre a arquitetura, parece ter uma certeza: “Ela não pode passar em branco. Você pode até detestar, mas aquilo tem de mexer com você”.

CartaCapital: Vou começar pelo título da exposição: *Etcétera*. Você, em entrevistas, sempre fala sobre ter múltiplos interesses e não ser só arquiteto. O nome remete a esses três pontinhos da sua vida – todo o resto além da arquitetura?

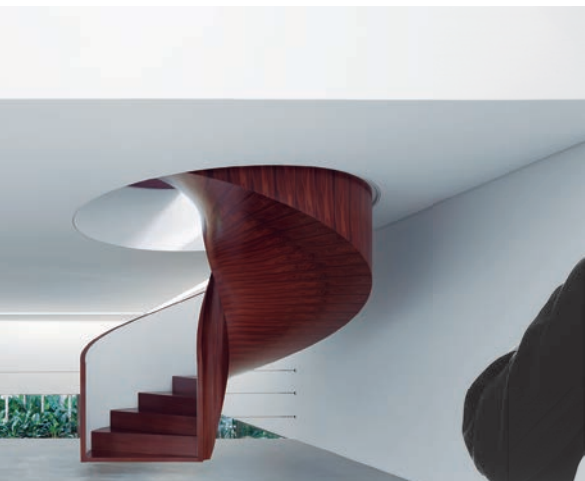
Isay Weinfeld: Exatamente. Como tinha os 50 anos do escritório, a gente (ele e o curador Agnaldo Farias) começou a conversar e viu que daria para juntar os caquinhos. Porque o que eu fiz em cine-

“O trabalho me levou a lugares e me permitiu conhecer pessoas com que um menino saído do Bom Retiro jamais poderia sonhar”





Projetos. O residencial do programa Minha Casa, Minha Vida, localizado em frente ao Minhocão, em São Paulo; o The Elisa, edifício residencial em Manhattan, Nova York; e a Casa Cubo, na região dos Jardins, em São Paulo



ma ficou lá para trás. Às vezes, os filmes voltam a ser exibidos, mas é para uma turma. Aí tem as artes plásticas, que é outra turma. A exposição é uma maneira de juntar tudo isso.

CC: Repassando e revisitando esse material, você conseguiu ver sentidos que ainda lhe escapavam?

IW: Para mim, é muito claro o percurso, assim como é clara a maneira como as coisas saem e por que saem. O meio de expressão depende do que quero comunicar. Carrego na minha personalidade um humor forte que não posso expressar através da arquitetura. E aí sai uma exposição, um curta-metragem... Vejo tudo isso também como um jeito de mostrar que todos podemos qualquer coisa. Não me preocupa fazer alguma coisa que as pessoas achem ridícula.

CC: No site do escritório há alguns textos seus, que também parecem ser formas de expressão. E são muito bons.

IW: Fico mais feliz que você ache os textos legais do que se falasse isso dos projetos.

CC: É que no caso dos projetos isso é meio óbvio (risos). Tem uma crônica sobre o projeto do gabinete da prefeitura de São Paulo, feito a convite de Marta Suplicy, em que você fala da origem do seu pai. Você foi um menino do Bom Retiro, filho do dono de uma tecelagem. Voltando esses 50 anos no tempo, o que mais o espanta na sua trajetória?

IW: Olha, apesar de ter sempre sabido que faria alguma coisa nessas áreas que faço, a arquitetura me levou a lugares que eu realmente não poderia imaginar. O trabalho, não a minha pessoa, me levou a lugares e me permitiu conhecer pessoas com que um menino saído do Bom Retiro, de uma família simples, jamais poderia sonhar. Não falo isso no sentido de “olha onde cheguei”, não é nada disso, mas de pensar sobre as vivências que o trabalho me proporcionou. Sou quietinho, fechado, e a conquista do cliente se dá de

Arte. Colar, Brinco e Anel Viário é uma das obras da série *Arquitetura e Humor*, na qual Weinfeld e Márcio Kogan brincam com “propostas” para o caos urbano

maneira mais formal, dentro do limite da minha timidez. Vem daí minha surpresa: mesmo com esse limite, o trabalho foi me levando a lugares, me conectando a pessoas. Isso eu não esperava.

CC: Fazer um projeto é mergulhar num universo? Penso, por exemplo, em como foi seu trabalho para a Livraria da Vila.

IW: Esse é um exemplo muito peculiar, mas é uma síntese do pensamento do escritório. Quando fui chamado, em vez de assinar um contrato, pedi para pensar um pouco. Eu não sabia se teria uma ideia boa o suficiente para fazer um trabalho público dessa importância, num tema que me agrada tanto – os livros. Tinha de ser algo que me desse prazer e que ajudasse o proprietário a vender mais livros através da arquitetura. A primeira coisa que faço é ouvir o cliente – muito, não pouco. Também me perguntei: o que gosto numa livraria? Gosto do jeito e da bagunça dos sebos, da sensação de estar envolto ali. Então, a primeira coisa foi essa: não vai ter uma só parede que não esteja forrada de livros. Mas uma livraria não pode ser bagunçada. Como crio aquela sensação sem ter cara de bagunça? Outra coisa: as livrarias em que me sinto melhor têm um pé-direito alto? Não. Têm um pé-direito baixo? Têm. Então, vou abaixar mais ainda o pé-direito. Se o teto for branco, vai ficar bonito? Vai. Mas e se for escuro, vai ficar mais aconchegante? Você vai colocando item após item, milhões deles – mobiliário, tecido, sofá, tato, forma da escada. Assim vai se formando o projeto.

CC: Passadas duas décadas do primeiro Hotel Fasano, tão emblemático, o que você tem a dizer desse projeto?

IW: Acho que ele levou a hotelaria do Brasil para outro nível, com a realidade do



Fasano, mas acho também que agente conseguiu, com o Rogério Fasano, dar uma cara específica para o conceito de hotelaria.

CC: Seu nome ficou muito ligado a uma certa ideia de luxo. Como foi a experiência de fazer o Bem Viver Marquês de Itu, habitação popular no Minhocão?

IW: As pessoas são bitoladas. Elas o colocam numa gaveta e pensam: que arquiteto tem aí de luxo? Isso é muito bobo. Mas sabe que, logo que terminei o Fasano, recebi um telefonema para fazer um McDonald's? Eles entenderam que um escritório que consegue fazer o restaurante mais luxuoso da cidade também pode fazer o mais popular. Para mim, sempre foi óbvio que eu poderia fazer um trabalho de habitação pública. Mas eu não vou atrás das coisas, fico aqui esperando o telefone tocar. E só tocou uns anos atrás. Foi um enorme prazer, e eu gostaria de fazer mais.

CC: Você falou da relação que estabelece com o cliente. E a cidade, como ela entra no seu pensamento?

IW: De forma fortíssima. Se não é espontâneo no cliente, exerço uma pequena pressão para que isso aconteça (*risos*). Uma coisa que buscamos é ter conexão com os vizinhos. Um edifício não pode dar as costas para os vizinhos. Ele é feito para se relacionar com o entorno e, especialmente, a rua.

CC: Bom, e aí a pergunta que sempre fazem a você: como é viver em São Paulo, uma cidade que você já definiu como “feia, mas interessante”. Você nasceu aqui, vê há décadas as transformações, e aqui segue.

IW: Sabe o que acho bacana? Você ver tudo isso passar na sua frente e tentar, dentro da sua possibilidade, fazer o possível para a cidade se tornar melhor. Lembro que, depois de sair do Bom Retiro, minha família foi para a Avenida Eusébio Matoso, que era uma várzea. No fim do dia, tinha um padeiro que passava pelas casas, com uma cesta, vendendo pães doces. E vi coisas antes. Sinto que, mesmo que de forma totalmente atabalhoada, esse percurso da cidade resultou em alguma coi-

sa, que é este lugar onde a gente vive. Eu não conseguiria morar em outro lugar que não São Paulo. Tenho uma fascinação pela evolução da cidade.

CC: A gente está na Vila Madalena, num prédio projetado por você. Nesta mesma rua tem outro projeto seu. E toda esta região, incluindo Pinheiros, é um canteiro de obras. Tem grupos se mobilizando e muita gente sofrendo com as demolições. Como você lida com isso?

IW: Não sofro. E as pessoas que estão sofrendo vão se acostumar. A cidade vai se transformando e a gente tem de seguir junto e tentar, cada vez mais, fazer o melhor com isso. Todo mundo acha a casinha fofinha – eu também acho! –, mas não estamos numa cidade do interior, onde você fica pensando “Ai, que saudade da pracinha em que eu jogava futebol”. Quando foram derubar a Livraria da Vila da Alameda Lorena, escolhida uma das dez mais bonitas

“Eu não conseguiria morar em outro lugar que não São Paulo. Tenho uma fascinação por essa evolução atabalhoada da cidade”

do mundo, a imprensa veio pedir minha opinião. O que vou fazer? Vou lá na frente com um cartaz para falar mal da imobiliária? Já derrubaram. Vira a página.

CC: As construções na cidade vêm em ondas. Teve a onda do terraço gourmet, da raia de 25 metros...

IW: Agora tem o Garden... É uma coisa comercial, que pega e vira o desejo de muita gente. Mas o problema não é esse, e

sim a falta de qualidade dos projetos. Pode ser uma bobagem, mas se for bem-feita, com uma proposta arrojada, pode tornar-se interessante. O problema é quando essas ideias encobrem a falta de projetos. As construtoras começam a fazer tudo igual, com equipes internas. Mas eu também acho que, de 20 anos para cá, o mercado mudou. Alguns jovens passaram a não se identificar com os produtos oferecidos, e isso pressionou o mercado a elevar o nível dos projetos de arquitetura.

CC: Para terminar, queria saber um pouco da dinâmica do escritório. Você faz questão de acompanhar todos os projetos de perto, né?

IW: Eu delego. Aliás, quem trabalha é a equipe toda do escritório. Mas, francamente falando, se eu não participar, vou para casa me aposentar, né? Só pego uma coisa pelo tesão de fazê-la, então participarei de tudo, lógico, como sempre participei. •

CASA DE TOMIE OHTAKE VIRA ESPAÇO EXPOSITIVO

Ruy Ohtake – Percursos do Habitar, sobre o filho da artista, inaugura a programação

Enquanto em sua sede, em Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo, o Instituto Tomie Ohtake revisita a trajetória de Isay Weinfeld, na Zona Sul, no Bairro do Campo Belo, a instituição usa a arquitetura como marco da inauguração da Casa-Ateliê Tomie Ohtake.

O espaço, onde Tomie Ohtake (1913-2015) viveu e trabalhou, passa a integrar a programação do Instituto, com foco em arte, arquitetura e design. Para inaugurar a nova fase, será aberta, no sábado

7, a exposição *Ruy Ohtake – Percursos do Habitar*.

Ruy (1938-2021), filho de Tomie, é o autor do projeto dessa residência onde o que importa são, sobretudo, os espaços comuns. Às grandes salas, voltadas para o jardim e a piscina, se contrapõem os minúsculos quartos pensados para os dois filhos da artista – Ruy e Ricardo.

É nessa casa única que outros seis projetos residenciais desenvolvidos pelo arquiteto – entre as décadas de 1960 e 2010 – serão



relembrados por meio de maquetes, desenhos e croquis. Entre os projetos estão as residências de Chiyo Hama e Zuleika Halpern, e o Condomínio Residencial Heliópolis, projeto de habitação popular cujos prédios foram apelidados de redondinhos. – APS

Casa-ateliê.

A residência, em São Paulo, projetada por Ruy Ohtake, receberá mostras de arte, arquitetura e design

No palco, em primeira pessoa

TEATRO Relatos baseados nas vidas dos próprios artistas dão a tônica das peças estrangeiras convidadas para a MITsp

POR MARIA FERNANDA VOMERO

Dieudonné Niangouna, Édouard Louis, Safia Nolan, Mohammed Al Qudwa, Olga Mouak e Arne De Tremerie. Desta vez, em cinco dos seis trabalhos estrangeiros da 11ª Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MITsp), os artistas estão no palco não para interpretar papéis inventados por outrem, mas para encenar relatos próprios, baseados em vivências pessoais alinhavadas de maneira ficcional. E, no único espetáculo em que atores e atrizes encarnam personagens de fato, a dramaturgia adapta uma narrativa literária de cunho autobiográfico.

Além disso, a defesa da palavra em cena – sob a forma de monólogos, diálogos ou cantos – é outro aspecto compartilhado pelas obras internacionais da MITsp, cuja programação ocupa palcos e espaços culturais da capital paulista entre 6 e 15 de março.

“O desenho original da minha curadoria nesta edição já apontava para uma presença mais forte do texto e menos do movimento ou da dança, como foi em anos anteriores”, afirma o diretor artístico do festival, Antonio Araújo.

Opiano inicial previa uma grade maior de peças estrangeiras. Em razão dos recursos insuficientes, algo que se tornou

recorrente nas últimas edições do festival, obras da América Latina e da Ásia, por exemplo, não puderam ser trazidas.

A proposta começou a ser desenhada a partir do convite ao congolês Dieudonné Niangouna, que teve um espetáculo escrito e dirigido por ele, *Alicerce das Vertigens*, apresentado na MITsp em 2019. Naquela ocasião, o artista não pôde vir ao Brasil com o elenco por impedimento do governo da República do Congo, que se recusou a renovar seu passaporte.

Hoje vivendo na França, Niangouna traz a São Paulo o solo *Do Lado de Cá*, no qual recria poeticamente a trajetória de um diretor e dramaturgo de certa nação africana, que, perseguido em seu país, busca recomeçar a carreira artística no exílio, enquanto se questiona se o teatro tem ou não alcance político.

“Dieudonné é um artista que defen-

de o verbo”, diz Araújo. “A polêmica que ele teve com o Festival de Avignon (em 2017) girava justamente em torno disso. Segundo ele, o festival só convidava espetáculos africanos de dança ou cunho ritual, como se a África fosse apenas corpo e a razão coubesse à França e aos demais. Em seu manifesto público, ele defendia uma África do pensamento, da palavra.”

Os relatos em primeira pessoa dos intérpretes Olga Mouak e Arne De Tremerie e o jogo cênico entre eles são a base de *A Carta*, do diretor suíço Milo Rau. Conhecido por suas criações provocativas, de alta voltagem política, Rau volta à MITsp com um espetáculo mais intimista, que valoriza a essência do teatro, tendo uma abordagem e uma temática bem distantes daquelas presentes nas três obras apresentadas em 2019, quando foi o “artista em foco” da mostra.

Em entrevista à Rádio França Internacional, antes da estreia da peça no Festival de Avignon em 2025, Rau disse que, em seus trabalhos, buscava conectar o pessoal com o político. “O que me interessa é contar uma grande história a partir das pequenas histórias dos atores e atrizes”, afirmou. A dramaturgia entrelaça vivências de Olga e Arne a memórias familiares e menções a figuras célebres do teatro e da história.

A valorização do texto em cena também está presente na aproximação entre teatro e literatura. Duas peças baseadas em livros do francês Édouard Louis, escritor-sensação da produção contemporânea, estão na programação: *História da Violência*, que abre o festival, e *Quem Matou o Meu Pai*. Ambas são dirigidas pelo alemão Thomas Ostermeier, diretor artístico da Schaubühne – teatro sediado em Berlim que é referência da cena contemporânea –, e compõem um díptico.

Na primeira obra, quatro atores encenam o caso de agressão sexual sofrido

Na mostra deste ano, o movimento e a dança cedem espaço, em cena, para a palavra e as vivências de atores e atrizes



Terapia. Em *Quem Matou o Meu Pai*, o escritor Édouard Louis descreve a relação com o pai. *Do Lado de Cá*, do congolês Dieudonné Niangouna, recria a trajetória de um artista perseguido. E *Vigiada e Punida* trata do linchamento digital vivido pela cantora Safia Nolin



Íntimo e político. A *Carta*, do diertor suíço Milo Rau, entrelaça vivências dos artistas a memórias familiares e menções a figuras célebres do teatro e da história

por Louis em 2012 e relatado no romance homônimo, combinando a perspectiva do autor e a de sua irmã, que narra o fato ao marido. “A violência homofóbica vai aparecendo em todos os níveis: na delegacia, quando ele faz a queixa; no hospital, entre médicos e enfermeiras; e, na família, de forma velada”, comenta Araújo.

Na segunda peça, o próprio escritor está em cena para narrar sua complexa relação com o pai doente, que foi operário de fábrica até sofrer um acidente. Aposentado por invalidez, torna-se dependente da assistência do Estado.

Oscilando entre um tom amoroso e ressentido, Louis traça um paralelo entre o corpo enfermo do pai e as classes mais vulneráveis da França sob as políticas de austeridade de sucessivos governos.

Embora todos os trabalhos internacionais da MITsp abordem a expressão da violência em algum grau, no espetáculo canadense *Vigiada e Punida*, dirigido pelo quebequense Philippe Cyr, o ódio e o linchamento digital são o tema por excelência.

A alusão no título à célebre obra do filósofo francês Michel Foucault não é gratuita: o poder coercitivo na atualidade tem sido exercido nas redes sociais, por meio de julgamentos morais amplificados pelos algoritmos.

“Há algum tempo, eu queria abordar a questão da liberdade de expressão, mas principalmente a falta de responsabilidade sobre o tema no espaço público”, contou Cyr a *CartaCapital*. Em cena está a cantora quebequense Safia Nolin, alvo continuado de insultos e ataques nas redes – inclusive com incitações ao suicídio –, diante de um coro que reproduz os milhares de comentários recebidos ao longo de anos.

Trata-se, portanto, de um espetáculo



musical, criado em conjunto com a cantora. As letras abordam aspectos relacionados à percepção pública sobre Safia, como misoginia, gordofobia, racismo, homofobia, evocação da morte e assédio. Seu corpo se torna um campo de batalha.

“O palco nos permite materializar e compreender a natureza real das palavras supostamente virtuais”, afirma o diretor. “O espaço público das redes sociais é transposto para o palco, o que permite uma relação concreta e engendra um atrito esclarecedor.” Em resposta, Safia se reapropria de seu lugar na arena coletiva com canções autorais, entoando sua própria música.

O monólogo do palestino Mohammed Al Qudwa, *Três Estações e Um Corpo*, fe-

cha o rol de trabalhos internacionais. Sob direção da brasileira Martha Kiss Perrone, trata-se de uma obra ainda em construção, apresentada na programação como “abertura de processo”.

O jovem escritor e campeão de caratê Al Qudwa deixou Gaza em 2024 e, depois de um breve período no Egito, chegou à França por meio de um programa de acolhimento a artistas no exílio.

O solo começou a ser criado numa das residências artísticas da qual participou, no Passages Transfestival, em 2025. Al Qudwa entrelaça suas vivências em um território permanentemente em guerra – desde a infância, ele presenciou cinco ataques militares a Gaza, além da operação israelense em curso – com reflexões sobre o exílio, fragmentos de memórias e testemunhos de um cotidiano turbulento. Sonoridades registradas em Gaza pelo próprio performer perpassam o monólogo.

A programação da MITsp se completa com a mostra de espetáculos e performances nacionais, ações formativas, lançamentos de livros, debates e conversas de vários dos artistas convidados com o público. •

“O palco nos permite materializar e compreender a natureza real das palavras”, afirma Philippe Cyr

LIGIA BAHIA

Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde



Avaliação equivocada

► Um exame de ordem para médicos recém-formados afasta o Brasil das melhores experiências internacionais e pode aprofundar desigualdades

Em votação apertada (12 a 8) no fim de fevereiro, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou o Exame Nacional de Proficiência em Medicina. A polêmica opôs senadores que defenderam o Conselho Federal de Medicina (CFM) como coordenador de testes para o exercício da medicina àqueles que consideraram a proeminência do Ministério da Educação (MEC) como responsável.

Ironicamente, o projeto, em tramitação desde 2024, ganhou tração com a divulgação de preocupantes resultados do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), realizado pelo MEC. As evidências sobre o desempenho insuficiente de graduandos de medicina, especialmente dos formados no ensino privado, aceleraram a determinação de um conjunto de parlamentares pelo afastamento de quem apresentou o problema.

Segundo o Projeto de Lei de autoria do senador astronauta Marcos Pontes (PL-SP), o CFM – o mesmo investigado por desvio de finalidade por se manifestar sobre cuidados prestados ao ex-presidente Jair Bolsonaro na prisão – terá suas atribuições expandidas e o estatuto de autorizar quem é ou não é médico no País.

Durante a sessão plenária, neste mo-

mento dirigido por lideranças declaradamente negacionistas, o CFM foi elevado a “um conselho de respeito” pela senadora Doutora Eudócia (PL-AL), enquanto o MEC recebeu o adjetivo desidioso por parte do senador Hiran (PP-RR).

Contradições sobre o destino de reprovados, e em relação ao que é fazer e o que é fiscalizar, analogias espúrias e ausência de respostas para tensões concretas permearam argumentos de parlamentares que, com poucas exceções, se dedicaram antes a reafirmar posicionamentos prévios, do que a estudar devidamente o intrincado imbróglgio em que o País está metido.

Antever luz em um túnel que atravessa interesses econômicos, políticos e expectativas de jovens por uma boa formação profissional requer recusar milagres.

De fato, governos falharam, apoiaram e deixaram rolar a abertura de faculdades de medicina que não possuem infraestrutura e corpo docente adequados. Só recentemente o MEC passou a se apresentar como responsável pela avaliação de médicos e Exame Nacional de Residências (Enare), unificando o ingresso em Programas de Residência Médica.

Iniciativas tardias, entretanto, bem-sucedidas abriram perspectivas de aprimoramento e consolidação. Por sua vez, entidades médicas defendem, desde os anos 1990, o “exame de ordem”, que, à semelhança do realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), selecionaria aptos e inaptos.

Contudo, os impasses estão longe de um equacionamento. O que fazer com as faculdades que formam alunos com desempenho abaixo do desejado e mesmo com os graduados que não atingirem requerimentos de testes está em aberto.

Respostas improvisadas, como “pode

realizar trabalhos administrativos, sem contato com pacientes” ou “poderá atuar no Projeto Mais Médicos para o Brasil”, são lacunares, equivocadas, insustentáveis e não incidem sobre a origem da má formação profissional.

Um país de renda média precisa formar bons profissionais e não deve discriminar médicos que atendem pobres e ricos.

Um exame eliminatório ao final do curso desloca a responsabilidade da formação para os indivíduos e esconde falhas sistêmicas da regulação educacional. Os esforços para inclusão de estudantes com menor renda e negros irão por água abaixo com a privatização das vagas e um mercado de cursinhos preparatórios também privados que passa a gravitar em torno de uma denominada “ordem”, cujas receitas frequentemente retornam para instituições avaliadoras.

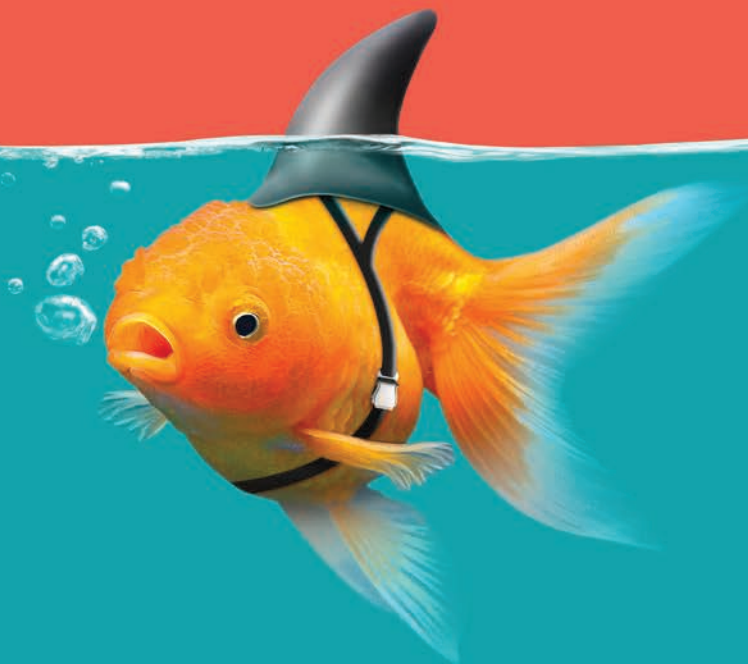
Uma única prova não garante competência. Avaliação no final do processo formativo, sem impacto sobre o percurso educacional, é incompatível com as diretrizes da pedagogia médica contemporânea, que se fundamenta na definição de critérios para o ingresso no curso médico e acompanhamento contínuo.

Um exame de ordem para médicos recém-formados não é uma bala de prata. Afasta o Brasil das melhores experiências internacionais, não se ampara em evidências científicas e tem potencial para aprofundar desigualdades sociais e educacionais. A regulação da qualidade na formação médica é urgente.

O MEC e o Ministério da Saúde avançaram e podem ir adiante, instituindo um conjunto amplo e articulado de avaliações que supere falsas dicotomias. O percurso formativo e o exercício profissional não são esferas segregadas. Vamos ao debate. •

redacao@cartacapital.com.br

As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?



A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.





O filme acompanha alunos da rede pública de ensino

Vozes da dor e da esperança

CINEMA *HORA DO RECREIO*, DE LUCIA MURAT, É UM DOCUMENTÁRIO REVELADOR DA VIDA DOS JOVENS PERIFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO

Lucia Murat, diretora de filmes como *Doces Poderes* (1995), *Quase Dois Irmãos* (2004) e *Maré, Nossa História de Amor* (2007), mergulha, em *Hora do Recreio*, no universo da educação pública brasileira voltada aos adolescentes. Selecionado no ano passado para a mostra Generation, do Festival de Berlim, o filme saiu de lá com a Menção Especial do Júri Jovem da Mostra. Na quinta-feira 12, o título estreia nos cinemas brasileiros.

É por meio de *A Música da Mãe*, do rapper Djonga, e dos quadros de Maxwell Alexandre, com seus corpos negros e periféricos, que Lucia nos transporta para

o mundo que seus personagens habitam. Findo o rap, encerra-se a abertura do filme e surgem na tela os alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio do Rio de Janeiro.

A realidade que eclode na tela é de um impacto brutal. As histórias vividas e relatadas pelos jovens têm a força daquilo que é íntimo – e que as notícias sobre a violência não captam. *Hora do Recreio* não é, porém, um filme sobre o desalento. É, ao contrário, sobre a esperança que toda juventude – mesmo a mais marginalizada – pode e deve representar. E sobre o poder da arte.

– por Ana Paula Sousa

FIGURAS HISTÓRICAS

A série *Cinco Mulheres* resgata figuras femininas icônicas do Brasil

No domingo 8, Dia Internacional da Mulher, estreia na TV Cultura a série documental *Cinco Mulheres*, dirigida pelo jornalista e realizador Paulo Markun.

A produção tem como protagonistas Anita Garibaldi, Chiquinha Gonzaga, Maria Quitéria, Marquesa de Santos e Nair de Teffé, mulheres consideradas ícones da história do Brasil.

A série se estrutura a partir de cinco monólogos que foram encenados por atrizes no Sesc Consolação, em São Paulo.

A eles são acrescentados, em cada episódio, depoimentos de especialistas e diálogos ficcionais entre as atrizes nos bastidores e nas apresentações dos monólogos.



O programa parte de cinco monólogos teatrais



ines249

POLÍTICA NA VEIA



Política na Veia é o podcast semanal de política da CartaCapital. A cada semana, Sergio Lirio (CartaCapital), Claudio Couto (Fora da Política não há Salvação) e Luis Nassif (GGN) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.



**Claudio
Couto**

**Sergio
Lirio**

**Luis
Nassif**

SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA **POLÍTICA NA VEIA**

TODA QUARTA-FEIRA,
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.



DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.

E a Ação da Cidadania também não. Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo. Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por um **Brasil mais igual**.

AÇÃO

— DA CIDADANIA

PRA MUDAR O
MUNDO TEM
QUE TER AÇÃO

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br